



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA
ALIMENTAR**

**EXTENSÃO RURAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA
(PR): A PERSPECTIVA DE EXTENSIONISTAS E DE AGRICULTORES
FAMILIARES**

LETÍCIA MAYER ALVES

Foz do Iguaçu
2023



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA
ALIMENTAR**

**EXTENSÃO RURAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA (PR): A
PERSPECTIVA DE EXTENSIONISTAS E DE AGRICULTORES FAMILIARES**

LETÍCIA MAYER ALVES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

Orientador: Prof. Dr. Régis da Cunha Belém

Foz do Iguaçu

2023

LETÍCIA MAYER ALVES

**EXTENSÃO RURAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA
(PR): A PERSPECTIVA DE EXTENSIONISTAS E DE AGRICULTORES FAMILIARES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Régis da Cunha Belém
UNILA

Prof. Dr. Exzolvildres Queiroz Neto
UNILA

Prof. Dr. Dirceu Basso
UNILA

Foz do Iguaçu, 25 de maio de 2023.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Letícia Mayer Alves

Curso: Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar

Tipo de Documento

(X) graduação	(....) artigo
(....) especialização	(X) trabalho de conclusão de curso
(....) mestrado	(....) monografia
(....) doutorado	(....) dissertação
	(....) tese
	(.....) CD/DVD – Obras audiovisuais

Título do trabalho acadêmico: EXTENSÃO RURAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA (PR): A PERSPECTIVA DE EXTENSIONISTAS E DE AGRICULTORES FAMILIARES

Nome do orientador(a): Prof. Dr. Régis da Cunha Belém

Data da Defesa: 25/05/2023

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, 25 de maio de 2023.

Assinatura do Responsável

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por toda a benção derramada sob mim e por estar sempre guiando meus passos e protegendo quem eu amo.

À minha família que sempre me deu total apoio na realização de meus sonhos, em especial, à minha querida e amada mãe que incessantemente cuidou de mim e nunca deixou faltar nada em minha vida.

Ao meu querido e amado noivo, pelo companheirismo e incentivo a não desistir de realizar este trabalho, me passando tranquilidade e mostrando o quão forte e capaz posso ser ao lidar com os desafios da vida.

Aos meus colegas pelas amizades construídas ao longo do curso, em especial aos meus grandes amigos os “Parça” (Carol, Paulinho e Wellington) pelas risadas, cafés ruins e longos debates sobre assuntos aleatórios na cantina da faculdade, os momentos com vocês foram significativos para que este ciclo se encerrasse.

Aos professores que fizeram parte da minha trajetória acadêmica e também à universidade por ter me dado a oportunidade de estudar e usufruir dos recursos necessários para meu crescimento pessoal e futuramente profissional.

Agradeço pôr fim ao meu orientador que não mediu esforços em me ajudar a concluir mais uma etapa da minha vida, sem o apoio a conclusão deste trabalho não seria possível.

*Suba o primeiro degrau com fé. Não é necessário
que você veja toda a escada. Apenas dê o primeiro
passo.*

Martin Luther King

ALVES, Letícia Mayer. **EXTENSÃO RURAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA (PR): A PERSPECTIVA DE EXTENSIONISTAS E DE AGRICULTORES FAMILIARES**. 2023. 74 p. Trabalho de Conclusão do Curso (Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2023.

RESUMO

Ao tratar da assistência técnica e extensão rural como tema central, faz-se recapitular o contexto histórico por trás do tema de extensão pública e gratuita. A agricultura familiar é responsável por produzir 70 % do alimento consumido pela população brasileira, contribuindo fortemente para a economia brasileira. Buscou-se analisar o processo educacional da extensão, destacando as relações dialéticas entre produtores rurais e extensionistas. Além disso, o estudo teve como propósito construir processos participativos que valorizem a cultura local, reconhecendo sua importância e promovendo a sua preservação. A metodologia adotada neste trabalho incorporou elementos provenientes de referências bibliográficas e da realização de pesquisa de campo. Para alcançar os objetivos propostos, foram utilizados roteiros de entrevistas qualitativos elaborados de forma clara e compreensível, ao mesmo tempo em que direcionavam o foco do estudo. Quanto ao resultado foi possível verificar o nível de satisfação de produtores que tem acesso a extensão rural, sendo notável o avanço que a agricultura familiar obteve nos meios de produção com inúmeros benefícios para o produtor. Por parte dos agricultores a extensão rural é vista como um facilitador no acesso aos serviços, visto que seu objetivo é educacional, de forma dinâmica com foco no fomento da agricultura familiar. Os extensionistas buscam nesta trajetória de extensão, levar melhores condições para produtores com uma visão mais ampla na construção de resultados, promovendo a segurança alimentar e o desenvolvimento rural sustentável. De fato, ainda há receio por parte de produtores em modificar seus hábitos, mesmo que a assistência técnica e extensão rural – ATER esteja atuante no Estado desde o século XX, sendo necessário efetivar ainda mais uma comunicação que dialogue com o produtor, buscando assim a sua continuidade do trabalho no campo.

Palavras-chave: agricultura familiar; desenvolvimento rural; trabalho no campo;

ALVES, Letícia Mayer. **EXTENSIÓN RURAL Y ASISTENCIA TÉCNICA EN EL MUNICIPIO DE MATELANDIA (PR): LA PERSPECTIVA DE EXTENSIONISTAS Y AGRICULTORES FAMILIARES**. 2023. 74 p. Trabajo de fin de curso (Desarrollo Rural y Seguridad Alimentaria) – Universidad Federal de la Integración Latinoamericana, Foz do Iguazú, 2023.

RESUMEN

Cuando se aborda la asistencia técnica y extensión rural como tema central, es necesario recapitular el contexto histórico detrás del tema de la extensión pública y gratuita. La agricultura familiar es responsable de producir el 70% de los alimentos consumidos por la población brasileña, siendo una fuerte contribución a la economía del país. Siendo así, se busca analizar el proceso educativo de extensión, destacando las relaciones dialécticas entre productores rurales y extensionistas. Además, el estudio tuvo como objetivo construir procesos participativos que valoren la cultura local, reconociendo su importancia y promoviendo su preservación. La metodología adoptada en este trabajo incorporó elementos de referencias bibliográficas e investigaciones de campo. Para lograr los objetivos propuestos se utilizaron guiones de entrevista cualitativos, elaborados de forma clara y comprensible, dirigiendo el enfoque del estudio. En cuanto al resultado, se pudo constatar el nivel de satisfacción de los productores que acceden a la extensión rural, siendo destacable el avance que obtuvo la agricultura familiar en los medios de producción con innumerables beneficios para el productor. Por parte de los agricultores, la extensión rural es vista como un facilitador de acceso a los servicios, ya que su objetivo es educativo, de forma dinámica con un enfoque en la promoción de la agricultura familiar. Los extensionistas buscan llevar mejores condiciones a los productores con una visión más amplia en la construcción de resultados, promoviendo la seguridad alimentaria y el desarrollo rural sostenible. De hecho, todavía existe un temor por parte de los productores a cambiar sus hábitos, a pesar de que la asistencia técnica y extensión rural - ATER actúa en el Estado desde el siglo XX, y es necesario realizar aún más comunicación que diálogo con el productor, buscando así la continuidad de su trabajo en el campo.

Palabras clave: agricultura familiar; desarrollo rural; trabajo en el campo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da Região de Matelândia.....	16
Figura 2 — Agricultores atendidos por profissionais de assistência técnica e extensão rural 2002 a 2007	26
Figura 3 – Gestão Institucional – Emater – Paraná.....	40
Figura 4 – Principais Atividades Desenvolvidas pela Emater – Paraná, Prefeituras e Cooperativas na execução de Políticas Públicas Dirigidas a Agricultura Familiar Ano 2004.	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Uma análise comparativa entre modelos anteriores e o Modelo 80.....	45
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

ACARPA – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná

ADEOP – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná

ANATER – Agência Nacional de Assistência Técnica e Assistência Rural

ASBRAER – Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

BIOLABORE – Cooperativa de Trabalho e Assistência de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná

CAF – Cadastro Nacional da Agricultura Familiar

CEDRS/MS – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável

CNDRS – Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COAMO - Cooperativa Agrícola de Campo Mourão

COCAMAR - Cooperativa Agroindustrial de Maringá

CODAPAR – Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná

CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPRAFA – Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar
CPF – Cadastro de Pessoas Físicas
CPRA – Centro de Referência em Agroecologia
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DAC – Departamento de Assistência ao Cooperativismo
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf
DATER – Departamento de Ater
DIER – Departamento de Infraestrutura e Extensão Rural
DRUSA – Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar
EBAA – Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa
IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDR PARANÁ – Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná
ILAESP – Instituto Latino Americano de Economia, Sociedade e Política
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
EMATER – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ETA – Escritório Técnico de Agricultura
EUA – Estados Unidos da América
FASER – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica, Extensão Rural e da Pesquisa, do Setor Público Agrícola do Brasil
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FETRAF – Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais em Agricultura Familiar
FETRAF SUL – Federação da Agricultura Familiar da Região Sul
GFRAS – Global Forum for Rural Advisory Services
GOV – Governo
MAA - Ministério da Agricultura e Abastecimento
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
NPT – Nossa Primeira Terra
OIC – Organização Internacional do Café
OMS – Organização Mundial da Saúde

ONGs – Organizações Não Governamentais
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor
PEAAF – Programa de Educação Ambiental da Agricultura Familiar
PMISA – Programa Integrado de Manejo de Solos e Águas
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escola
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PROICS – Programa Integrado de Conservação do Solo
PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura
PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRO SOLO – Programa Integrado de Conservação do Solo e Água do Paraná
SAF – Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo
SARC – Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo
SEAB – Secretaria da Agricultura e do Abastecimento
SEAG – Sistema Estadual da Agricultura
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural
SIATER – Sistema Integrado de Assistência Técnica e Extensão Rural
SISATER – Sistema de Planejamento
SMA – Secretarias Municipais de Agricultura
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UNILA – Universidade Federal da Integração Latino – Americana
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	METODOLOGIA.....	14
2.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	15
2.2	CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO.....	16
2.3	DESCRIÇÃO E ELABORAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO.....	17
3	REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
3.1	O CONCEITO DE EXTENSÃO RURAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	20
3.2	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO BRASIL.....	23
3.3	POLÍTICA DE RECONHECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	29
3.4	A POLÍTICA NACIONAL DE ATER NO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO.....	33
3.5	EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL NO PARANÁ.....	36
3.6	A TRAJETÓRIA DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – EMATER PARANÁ.....	37
3.6.1	Estrutura da EMATER – Paraná.....	41
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	50
4.1	EXTENSÃO E CRÉDITO RURAL.....	50
4.2	O SERVIÇO DE EXTENSÃO RURAL.....	53
4.3	EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE.....	54
4.4	A EXTENSÃO E O PRODUTOR RURAL.....	55
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63
	APÊNDICE A – ROTEIRO COM PRODUTORES	
	APÊNDICE B – ROTEIRO COM PROFISSIONAIS	

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar pode ser entendida como um conceito de evolução, com raízes históricas, mantendo uma tradição camponesa, mas se adaptando as exigências da agricultura moderna (ALTAFIN, 2007). Nas unidades familiares o método de produção se destinava a satisfação das necessidades internas da propriedade e do grupo familiar com um ciclo sem fim, onde a produção baseava-se no sustento da propriedade. Com o avanço do processo de mercantilização a produção começa a ser vista pela sociedade com fins lucrativos de economia, mudando completamente os aspectos originais, passando a integrar o mercado (nacional e internacional) com importante papel no abastecimento de alimentos (SCHENEIDER; NIERDELE, 2008).

Desde longa data a extensão rural e assistência técnica esteve muito atrelada ao modelo difusionista (resultado da revolução verde) consumidora de pacotes tecnológicos, contaminação de alimentos, êxodo rural, concentração de terras, entre outros problemas. Neste processo a extensão realizada era tida como inadequada para as condições das propriedades rurais, tendo como foco a alta produção de cultivo agrícola para exportação, distorcendo a realidade do produtor que ali se encontrava (CAPORAL; RAMOS, 2006).

Conforme Caporal e Ramos (2006) os resultados obtidos pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no modelo difusionista estavam sendo negativos para os produtores, essa prática convencional de extensão precisava ser extinguida, optando por uma nova ATER com o fortalecimento da agricultura familiar, desenvolvimento rural sustentável na propriedade e implementação de programas e projetos para contribuição e valorização do produtor rural familiar. Neste contexto Freire (2013, p.76) destaca a relação dialética do extensionista buscando conhecer a realidade do agricultor familiar “para com eles melhor transformá-la” havendo a troca de saberes entre os dois públicos e valorização cultural.

Este trabalho de conclusão de curso - TCC teve como objetivo descrever as percepções da ATER na cidade de Matelândia, Paraná, a partir da visão de produtores e extensionistas. Além disso, buscou-se avaliar as principais características dos extensionistas no atendimento aos agricultores familiares, com o intuito de estimular o apoio ao desenvolvimento rural nas propriedades, o acesso a recursos como crédito rural e a utilização de métodos estratégicos tecnológicos. Tudo isso foi realizado visando a

promoção da educação informal dos produtores.

A construção do presente trabalho se baseou no estudo de referências bibliográficas como artigos publicados, livros, teses de mestrado, doutorado e análise de dados em sites confiáveis acerca do tema estudado. Procurou-se manter o foco debatendo sobre extensão rural, assistência técnica, agricultura familiar e crédito rural, analisando as origens históricas destes temas, mais categoricamente o avanço das atividades de ATER ao longo das décadas.

Após realizar uma análise da revisão bibliográfica, foi elaborado um roteiro de entrevista (metodologia qualitativa) com o objetivo de obter uma compreensão mais aprofundada do tema em questão. Esse roteiro foi utilizado durante a pesquisa de campo, visando explorar cada elemento em detalhes por meio das respostas obtidas. Cada roteiro incluía um máximo de treze perguntas abertas. Durante as entrevistas, também foram abordados outros assuntos que não estavam previamente descritos no roteiro, a fim de observar a opinião e a realidade de cada público envolvido no estudo. O questionário aberto permitiu uma análise mais ampla e aprofundada, levando em consideração as perspectivas individuais dos participantes.

O trabalho de conclusão de curso está organizado em cinco capítulos. No primeiro capítulo, é feita uma introdução breve dos temas abordados no trabalho. O segundo capítulo detalha a metodologia utilizada, explicando minuciosamente a estruturação dos roteiros de entrevistas e a consideração de cada ponto relevante para a construção do objetivo geral. No terceiro capítulo, é realizada uma investigação do histórico da origem da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil. São abordados os primeiros indícios do trabalho de extensão, as políticas públicas, o difusionismo, o crédito rural e a abordagem voltada para a agricultura familiar. O objetivo é compreender os conceitos fundamentais que embasaram a presente pesquisa.

No quarto capítulo, discute-se a assistência técnica e extensão rural no Estado do Paraná. São explorados os primeiros indícios de ATER no estado e a criação da IAPAR – EMATER, com o intuito de compreender os conceitos que moldaram a ATER como ela é hoje. Por fim, o quinto capítulo apresenta os resultados e as discussões. São expostos todos os dados da pesquisa realizada no município de Matelândia, envolvendo produtores e extensionistas. São analisadas e argumentadas as reflexões obtidas por meio da pesquisa de campo, concluindo-se o objetivo proposto e chegando a uma conclusão consistente para este trabalho.

2 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa compreendeu diferentes técnicas de pesquisa para cumprir os objetivos propostos no presente trabalho. No primeiro momento foi feita uma revisão bibliográfica, para o levantamento do conhecimento científico sob o tema assistência técnica e extensão rural, com a intenção de entender conceitos já estudados e suas contribuições para o objeto de estudo.

Figueiredo (1990) explica que a revisão bibliográfica é composta por dois papéis que se interligam, “função histórica” que consiste no desenvolvimento da ciência, comparação de fontes, autores e recortes históricos, oferecendo uma visão geral do assunto e “função de atualização” que fornece informações sobre a ciência, literatura e seu desenvolvimento corrente, além de permitir ao pesquisador a busca por trabalhos mais valiosos.

Com a revisão bibliográfica, foi possível construir um contexto histórico do tema estudado até o presente momento, abordando trechos e conceitos importantes ajudando na sua construção e entendimento. Diante da análise e estudo feito por outros autores foi possível obter evidências necessárias para conclusão do objetivo proposto, tendo o intuito de orientar o leitor sobre o trabalho realizado pelos profissionais de ATER no município, além de saber a visão dos produtores rurais, dando ênfase a importância do serviço realizado, trabalhando para melhorar gradativamente o acesso as políticas públicas em apoio à agricultura familiar.

Posteriormente, foi empregada a metodologia de pesquisa de campo, com o intuito de obter informações do público entrevistado por meio de um roteiro estruturado. A construção deste roteiro uniu elementos chaves do tema de estudo, as entrevistas foram montadas com questões subjetivas, saindo do modelo objetivo de respostas (sim, não, talvez, não sei), essa abordagem qualitativa das entrevistas semiestruturadas indicam um ponto de vista real, além de desenvolverem ramificações nas respostas dos entrevistados. As questões foram estruturadas com base na leitura de artigos científicos, conversas iniciais com profissionais da área e produtores, experiência profissional, acervos de trabalhos realizados ao longo da jornada acadêmica e notícias sobre as principais mudanças que ocorrem no meio rural, contribuindo no acesso à informação servindo de base para os moldes desta pesquisa.

De acordo com Martins (2004) a metodologia qualitativa se trata da análise social de indivíduos, comunidade e grupos aproximando o pesquisador dos

pesquisados, havendo um caráter narrativo dos resultados. Martins (2004 p. 294) menciona “a necessidade de mergulhar na vida do outro” esse “mergulho” para o autor nada mais é que a necessidade inerente do pesquisador em ganhar a confiança do pesquisado na base de simpatia, afeto, amizade e também empatia, “convencendo” o entrevistado da necessidade da sua presença e importância da pesquisa.

A partir do roteiro estabelecido e das primeiras entrevistas realizadas notou-se o surgimento de outros questionamentos, havendo um novo encaminhamento de ideias. A estruturação das perguntas tivera como consequência entender de uma maneira geral a realidade dos entrevistados, fora dos limites demonstrados por livros, artigos e mídias sociais, visualizando a realidade deste público.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Matelândia localiza-se no oeste do Paraná, tendo seu principal acesso pela Rodovia BR 277 e acesso secundário pela Rodovia Estadual PR 590 que liga Matelândia ao município de Ramilândia. Está localizada a cerca de 72,6 km distante de Foz do Iguaçu e da fronteira com o Paraguai e Argentina. O município possui aproximadamente, 16.078¹ mil habitantes e uma área territorial de 639,746 km² (IBGE, 2010). Limita – se ao Norte com os municípios de Ramilândia, Diamante do Oeste e Vera Cruz do Oeste, limita-se ao Sul com os municípios de Capanema, Serranópolis do Iguaçu e Parque Nacional do Iguaçu, limite – Leste com o município de Céu Azul e limite – Oeste o município de Medianeira (PREFEITURA MUNICIPAL DE MATELÂNDIA, 2015).

¹ Dados populacionais de 2010, de acordo como o IBGE. Os registros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostram, no ano de 2021, uma população estimada de 18.266 mil habitantes. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/matelandia/panorama>. Acesso em: 29 set. 2022.



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATELÂNDIA, 2015

2.2 CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO

Da população do município 27 % residem no meio rural, destes 80 % vivem da agricultura familiar, caracterizada na produção de milho, soja, trigo, horticultura, suinocultura, avicultura de corte e postura, além da bovinocultura de leite e corte. O município vem se destacando na qualidade de suinocultura e grande demanda de aviários de corte (PLANO DE TRABALHO DO PROJETO DE RECUPERAÇÃO DA TRAFEGABILIDADE DE ESTRADAS RURAIS, 2014).

A prefeitura da cidade de Matelândia decreta a Política de Incentivo ao Desenvolvimento Rural no Município, Lei nº 4.378 de 12 de dezembro de 2019 (revogada para a Lei nº 4.836/2022) ordenando políticas de incentivo ao desenvolvimento rural, com o intuito de fomentar as atividades do meio rural (agropecuária, agroindústrias, agricultura) contribuindo assim no desenvolvimento socio econômico do município valorizando a agricultura familiar, gerando emprego, renda e melhorando a qualidade de vida no campo (LEI ORDINÁRIA 4378 2019 DE MATELÂNDIA PR).

O incentivo ao meio rural dispõe de parcerias com secretárias e empresas terceirizadas com o objetivo de melhorar a infraestrutura, métodos de produção, aberturas, manutenções de estradas rurais, incentivando o desenvolvimento rural e atividades agropecuárias, principal setor econômico produtivo do Município (LEI

ORDINÁRIA 4378 2019 DE MATELÂNDIA PR).

2.3 DESCRIÇÃO E ELABORAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO

Para aplicação do roteiro já finalizado², foram selecionados profissionais de esfera municipal que possuem contato com a agricultura no município. Três profissionais estavam dispostos a cooperar com a pesquisa de campo individual, divididos no escritório da IAPAR – EMATER em Matelândia, sindicato dos trabalhadores rurais de Matelândia e sindicato patronal, posteriormente houve uma visita em cada unidade de produção familiar com agricultores³. Em algumas entrevistas o diálogo com o pesquisado saía de maneira mais fluida, com o entrevistado sugerindo muitas vezes questões que não estavam no roteiro estruturado, tornando-os elemento importante para a coleta de dados.

A pesquisa de campo ocorreu no mês de outubro de 2022 no município de Matelândia. A estruturação da pesquisa buscou de maneira geral que o objetivo da pergunta fosse de encontro com o objetivo principal da pesquisa de campo. O roteiro foi pensando com questões específicas para cada pesquisado (profissionais e produtores). O intuito primeiro foi o de identificar o perfil do entrevistado para conhece-los melhor e a partir desta identificação foram separadas as entrevistas de acordo com cada ator.

O método de estruturação da pesquisa com os produtores procurou reunir elementos categóricos de fácil entendimento do produtor, criando um diálogo fluido e leve, chegando assim no objetivo geral e específico da pesquisa de campo. Em um primeiro momento a conversa foi iniciada com questionamentos básicos acerca das principais atividades desenvolvidas na propriedade, tempo de trabalho como produtor rural, principais diferenças notadas por meio da modernização da agricultura, além de buscar saber sobre participações em feiras da região e parcerias com o Governo.

Após estes questionamentos as questões passavam então a serem voltadas ao objetivo proposto, buscou-se compreender se existe ou não conhecimento do produtor por parte dos programas que oferecem serviços de ATER na região e as principais instituições que oferecem este tipo de apoio. Em uma das questões buscou-se entender as dificuldades que o produtor encontra em obter atendimento e comunicação com profissionais, secretária de agricultura do município ou cooperativas, e se por esse

² O roteiro da entrevista completa está no Apêndice A e B.

³ Total de 10 produtores entrevistados na região de Matelândia.

motivo (dificuldade de contato/atendimento gratuito) acaba por buscar atendimento particular. Está questão abordada do produtor possuir ou não um bom atendimento profissional, reflete muito na questão do acesso a benefícios como as políticas públicas, será que esses serviços chegam para aquele produtor que reside mais afastado da região urbana, mas que produz e vive da agricultura? Será que por residir mais afastado esse produtor em questão nunca recebeu atendimento de profissionais, e, portanto, nunca conseguiu solicitar um crédito rural para compra de produtos para sua lavoura? Até onde chegam as ações de ATER?

Na finalização da primeira parte do roteiro de entrevista, buscou-se obter a opinião e as expectativas do produtor em relação à possibilidade de as próximas gerações, especialmente os filhos, assumirem o comando da propriedade e permanecerem na agricultura. É coerente que existe uma grande dificuldade quanto à continuidade dos jovens no campo, muitas vezes associada à busca por melhores condições de vida, salários mais altos e o reconhecimento da agricultura como uma profissão valorizada. Além disso, pode ocorrer a decisão do jovem de não seguir a profissão agrícola e optar por outros caminhos.

A estruturação do roteiro com os profissionais, primeiramente buscou identificar elementos básicos para conhecimento do entrevistado, instituição na qual trabalha, quanto tempo desempenha a função, nível de escolaridade (graduação) e quais lugares trabalhou antes do atual. Após identificar o perfil do entrevistado, partiu-se para as questões que envolvem a temática de assistência técnica e extensão rural, tratou-se em um primeiro momento sobre registros, tabelas, dados ou qualquer outro documento que apresentasse o controle do público atendido, para a realização das análises, possíveis melhorias e indicar quando possível correção dos problemas identificados em cada unidade de produção.

A seguir, são apresentadas as categorias de análise utilizadas:

- Trabalho desenvolvido com agricultores;
- Acesso a políticas públicas, crédito rural;
- Vínculo com entidades do município;
- Análise da temática de assistência técnica e extensão rural.

As quatro categorias de análise mencionadas anteriormente servem como base para a estruturação do roteiro, procurou-se analisar por meios das respostas a eficiência que o serviço de ATER proporciona as famílias rurais em promover um desenvolvimento sustentável, diversificado e em apoio à agricultura familiar. É evidente

que o extensionista deve buscar uma maneira de se aproximar dos produtores, ganhar sua confiança, conhecer suas necessidades e oferecer soluções coerentes com o perfil de cada produtor, buscando assim eficiência dos seus resultados.

Além de conhecer o produtor e buscar oferecer soluções conforme o seu perfil, houve o interesse em entender qual(is) a(s) dificuldade(s) no acesso a políticas públicas, crédito rural e auxílios do governo, e como os extensionistas lidam com estes empecilhos. É importante salientar essa preocupação para que estes produtores não sejam somente números e registros e sim, que o extensionista esteja preocupado com a situação deste produtor que precisa de políticas para continuar produzindo alimentos e sustentando sua família.

O vínculo com entidades municipais vai além de somente viabilizar acesso ao crédito, sendo de crucial importância essas oportunidades oferecidas aos produtores. Incluiu-se como questão, pois houve a busca em saber se as entidades apoiam o comércio de feirinhas, compram produtos agrícolas fazendo a distribuição em colégios e se realizam reuniões (independente da frequência) com produtores para que juntos possam discutir e propor melhorias.

O último tópico do questionário ousou descrever de uma maneira expressiva a opinião do entrevistado sobre a análise da temática de assistência técnica e extensão rural, a partir do trabalho que o mesmo vem desenvolvendo no município e sua visão construída ao longo de sua carreira sobre o assunto a partir de estudos, seminários, experiências, livros e conversas com outros profissionais da área. Os resultados e discussões a partir da pesquisa de campo e coleta de dados estão apresentados no capítulo quatro.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O CONCEITO DE EXTENSÃO RURAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A assistência técnica e extensão rural ainda gera questionamento quanto ao seu entendimento, uma das definições mais clássicas para explicar este termo é encontrado em relatórios e documentos ofertados pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), que pressupõe a extensão rural como processo educativo, econômico e social a famílias rurais com objetivo de melhorar a qualidade de vida, enquanto que assistência técnica não utiliza processos educativos para com os produtores (GOMES, 2013).

A ATER é considerada instrumento indispensável para agricultura familiar, pois contribui na melhoria das condições de vida dos produtores rurais, levando informação, tecnologia e conhecimento para pessoas que são excluídas do acesso. Além disso, o propósito da ATER não cabe somente ao aumento da produtividade, mas também como motor de desenvolvimento para alcançar a segurança alimentar e melhoria na qualidade de vida das famílias produtoras.

Desta maneira a “construção” realizada por técnicos, zootecnistas, investigadores, agrônomos dentre outros profissionais, permitem o melhoramento e gestão de conhecimentos desde o ponto de vista prático, econômico, social e político. Para Freire (2013, p.15) o “educador, se recusa a “domesticação” dos homens, sua tarefa corresponde ao conceito de comunicação, não ao de extensão”. Ou seja, para o autor a comunicação deve ser desenvolvida de maneira compreensível, de forma que o extensionista deve abranger a luta daquele território e a partir disso, construir um conhecimento estruturado com diálogo e costumes próprios da região, usufruindo de seu saber profissional com intuito de transformar a realidade desta região.

Segundo Freire (2013) ao estabelecer o diálogo junto a agricultores, o objetivo do extensionista é que os mesmos substituam (ou agreguem) os conhecimentos advindos de pais e avós utilizados em sua forma de produção, por outros advindos do extensionista. Com diálogo, transparência e sinceridade os agricultores podem chegar a um bom balanço entre conhecimento científico (importante) e o conhecimento tradicional existente (que geralmente não é científico, mas é uma outra forma de conhecimento que foi e ainda é de muito tempo invisível em relação ao conhecimento científico).

Segundo Milhomem *et al.*, (s.d) os extensionistas possuem uma missão

que vai além de fornecer uma simples assistência técnica para melhoria da produção, mas sim caracteriza-se em um agente capaz de contribuir para o despertar do meio rural, criando um espaço propício na luta contra a exclusão social. O autor ainda menciona a pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no qual ressalta a importância da extensão rural na agricultura familiar brasileira, “agricultores familiares que não recebem assistência técnica e extensão rural tem renda média de R\$ 700,00; e os que recebem com frequência tem renda de R\$ 2.139,00”. Ou seja, há grande importância no trabalho executado pelos agentes, pois estimulam a geração de empregos e renda, contribuindo para o desenvolvimento do país.

O repensar da extensão rural deve levar em conta o debate das raízes criadas no modelo difusionista e a necessidade de mudanças para que haja uma extensão mais democrática, o apoio oferecido pelos extensionistas não pode ser entendido como um saber para iluminar o caminho do produtor, mas sim “ajudar na construção das condições de autorreflexão que permitirá a retomada da consciência de si e a construção coletiva.” (MOTA *et al.* s.d, p.3).

De acordo com Abramovay (1998), o extensionista não pode isoladamente querer resolver todos os problemas que o produtor possui, mas deve atuar como um facilitador de desenvolvimento, buscando oportunidades pelo meio rural. A ATER não é um instrumento de assistência social e sim uma agência de desenvolvimento local, com base nestes critérios é que se estabeleceu o público trabalhado.

O público da extensão é definido antes de tudo como o conjunto dos participantes das múltiplas iniciativas destinadas a valorização do espaço e das oportunidades locais de geração de renda e para as quais o extensionista tem uma contribuição decisiva. O eixo da articulação destas iniciativas é a agricultura familiar. Por mais importantes que sejam as atividades não agrícolas no meio rural, a base da geração de renda no campo depende basicamente da produção agrícola. E são as unidades familiares que possuem condições de imprimir estabilidade à ocupação e, portanto, abrir caminho para a organização social e a incorporação dos valores e da prática da cidadania à vida no campo. [...] A agricultura familiar e o público do trabalho extensionista são construções sociais cujo alcance depende dos projetos em que se envolvem e das forças que são capazes de mobilizar para implementá-los (ABRAMOVAY, 1998 p.149).

Desta forma podemos analisar o curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar (DRUSA) e os futuros profissionais da área como articuladores que auxiliaram a compreender e transformar uma realidade específica. No entanto, essa transformação, que envolve processos de desenvolvimento, dependerá das diversas condições presentes em cada contexto, bem como do conjunto de ideias dos atores sociais que podem ser acessadas e articuladas por meio de um processo facilitador e de

participação social. Nesse sentido, valoriza-se a autonomia como um elemento essencial para a formação de um agente de desenvolvimento (NETO; DE OLIVEIRA, 2019).

Nesse sentido para os autores (ABRAMOVAY, 1998; GOMES, 2013) os serviços de ATER as famílias devem promover o desenvolvendo da economia, preservando os recursos naturais, valorizando a cultura local e os recursos humanos disponíveis. Para Santana *et al.*, (2013) os serviços de assistência técnica e extensão rural não chegam a todos os agricultores, atingindo cerca de 22 % dos estabelecimentos, em sua maioria médios e grandes produtores, ou seja, grande parte dos agricultores familiares não recebem essa assistência (acesso aos serviços de ATER) que o Estado deveria oferecer por se tratar em justamente do público alvo. É primordial que o extensionista seja por meio da educação formal e não formal amplie essa conexão com o produtor com vistas de influenciar/propiciar o desenvolvimento regional sustentável.

O Programa de Educação Ambiental da Agricultura Familiar (PEAAF) foi elaborado tendo como público alvo justamente a agricultura familiar, com o intuito de suprir a necessidade de formação, comunicação e desenvolvimento rural sustentável, buscando o resgate de valores e saberes em seus aspectos ambientais, econômicos e socioculturais (LEÃO, 2014). Buscando desenvolver ações educativas com estratégias voltadas para as problemáticas socioambientais rurais juntamente a instituições governamentais e não governamentais ligadas à essa temática, adotando práticas sustentáveis na agricultura familiar e no manejo dos territórios rurais (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2017).

Para Peixoto (2008) o termo extensão rural pode ser conceituado em três formas diferentes: processo, instituição e política. O processo é a forma como a extensão é levada para o público rural, ou seja, a maneira como é feita a transmissão de conhecimentos do extensionista até o público final, o produtor. Podemos entender o processo como um modo educativo de comunicação, seja ele técnico ou não. Neste caso a assistência técnica possui diferenças devido ela não possuir um caráter educativo como a extensão e sim, a função de resolver problemas específicos, dando somente suporte técnico ao produtor.

As instituições referem-se as organizações públicas que prestam o serviço de caráter educativo, a extensão é desempenhada pelas instituições públicas de ATER, organizações não governamentais e cooperativas, havendo também realização de assistência técnica por parte das cooperativas. Como políticas públicas entende-se as políticas de extensão rural oferecidas pelos governos (federais, estaduais e municipais)

executadas por instituições privadas e/ou públicas, podendo ser ofertadas nas modalidades, público e gratuito, público e pago, privado e gratuito e ainda privado e pago (PEIXOTO, 2008). No Brasil o primeiro modelo (público e gratuito) é o mais utilizado com o público da agricultura familiar e exercido pelas instituições de ATER.

Neste sentido, segundo pesquisadores (PEIXOTO, 2008; SANTANA *et al.*, 2013; LEÃO, 2014) a extensão rural vem mudando com o passar dos anos devido a estudos e aprimoramentos na área, fazendo com que as políticas públicas do meio rural atinjam cada vez mais os objetivos propostos de melhoria da agricultura, aspectos econômicos, bem estar social, produtividade, qualidade de vida, sustentabilidade, dentre outros. Esses são alguns dos elementos chaves que os extensionistas buscam no processo de educação e comunicação com os produtores e seus familiares, pontos estes que serão desenvolvidos nos próximos tópicos.

3.2 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

A primeira ação voltada à extensão rural no Brasil que se tem registro é a semana do fazendeiro, realizada em 1929 pela escola superior de agricultura de Viçosa, atual Universidade Federal de Viçosa (UFV), na qual foram ofertados cursos e palestras com temáticas voltadas aos saberes da agricultura, para agricultores de todas as regiões. Na década de 40 as semanas ruralistas eram realizadas juntamente ao Ministério da Agricultura, com parceria da Secretaria de Agricultura do estado, onde técnicos voluntariados se deslocavam para dar palestras (PEIXOTO, 2008).

Ainda segundo o autor com o apoio do Ministério da Agricultura foram implantados 200 postos agropecuários (intitulados fazendas) com finalidade de mostruário e atendimento, compostos por um agrônomo e veterinário que deveriam dar suporte aos produtores. Essa equipe acabou dando atenção quase que exclusivamente a produtores com maior influência local, culminando na doação dos últimos postos de atendimento em 1960, a prefeituras, cooperativas e empresas particulares dada a negligência na administração.

Os serviços de ATER foram iniciados no país no final da década de 40 no contexto de pós guerra, com o intuito de melhorar a condição de vida dos produtores rurais a fim de modernizar a agricultura e molda-los na industrialização do país, sendo uma entidade privada/paraestatal com apoio de entidades tanto públicas como privadas. Posteriormente com o apoio do governo Juscelino Kubitscheck, em 1956, foi criada a

ABCAR constituindo um sistema nacional articulado como associações de crédito e assistência rural (GOMES, 2013).

No ano de 1950 com a consolidação de bens e capital no Brasil inicia – se o processo de industrialização da agricultura, a extensão passa a utilizar o termo “educar o homem e tira-lo do atraso” (BALEM, 2015 p.17). Ou seja, modernizar seu mecanismo de produção, aumentando sua produtividade e convencendo-os a utilizar bens da indústria (maquinários agrícolas).

Para Balem (2015) na década de 1960 o trabalho com pequenos agricultores não apresentava os resultados esperados, enquanto que os médios e grandes produtores estariam aptos a adotar tecnologias mais modernas. Nessa época o Brasil era visto como um país com realidade agrária atrasada, sendo necessária a adoção de um modelo semelhante ao modelo difusionista criado pelo sociólogo Norte americano Everett Rogers, tendo como objetivo a modernização da agricultura junto de uma assistência técnica que persuadisse os agricultores. Com isso, entrou em cena a Revolução Verde que se caracterizava pelo uso de fertilizantes, agrotóxicos em geral e maquinários pesados, formando o chamado “pacote tecnológico” reunindo todos os requisitos para a melhoria da produção, produtividade, aceleração no plantio/colheita e maior rentabilidade nos lucros (MOREIRA, 2017).

Em 1965 o governo brasileiro cria o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) oferecendo crédito subsidiado para a compra desses “pacotes tecnológicos”, houberam diversas críticas em relação a está política, pelo simples fato de grandes proprietários de terra terem acesso ao investimento, enquanto, boa parte dos que não se encaixavam (pequenos agricultores) eram excluídos, priorizando assim as monoculturas de exportação. Acentuando problemas como êxodo rural, concentração fundiária, desvalorização do trabalho rural associados a baixa escolaridade (MOREIRA, 2017).

O objetivo inicial do programa era o de fornecer aos agricultores linhas de crédito com baixo custo visando a melhoria da sua produção, vindos da modernização da agricultura. Dentre as linhas de crédito podemos destacar o crédito subsidiado com finalidade de compra de insumos para a produção, criação de órgãos de pesquisa nacionais, estaduais e a criação de serviços de extensão rural para os produtores, com finalidade de levar a tecnologia a essas pessoas (PINTOR; SILVA; PIACENTI, 2015).

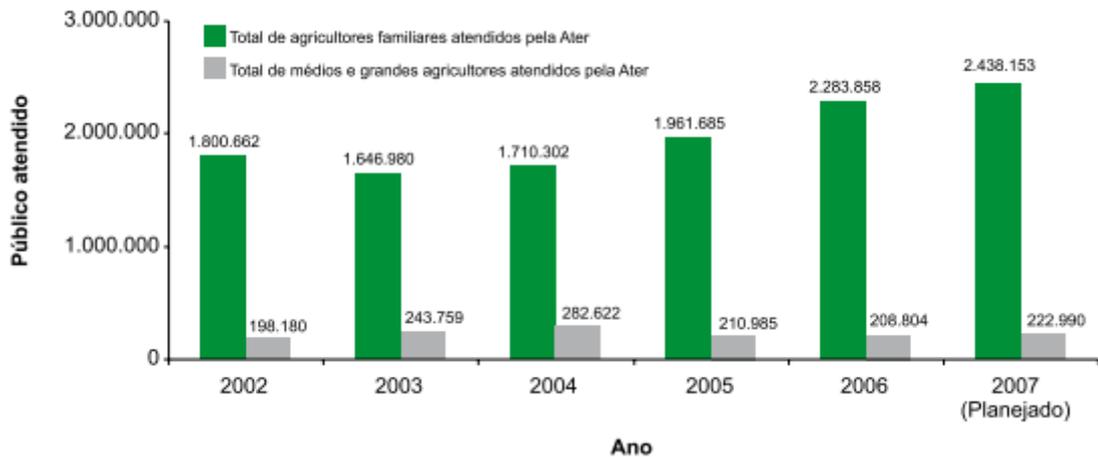
Para Balem (2015, p. 20) “efeitos negativos do modelo difusionista (exclusão social, crise da agricultura familiar, problemas ambientais e sobrevivência dos mais aptos) geram o movimento repensar da extensão rural”. O que significa

repensar/pensar uma nova proposta de extensão rural que fosse participativa, educacional e democrática, que valorize o conhecimento do agricultor e use-o a favor do mesmo. De acordo com Balem a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) compreendeu que havia certa exclusão dos pequenos produtores do mercado global, então além do trabalho com produtores grandes a base da tecnologia, foi proposto também aos pequenos agricultores um trabalho assistencialista. Com isso os movimentos sociais entraram em vigor, reformulando o objetivo de estudo da extensão rural, dando mais foco as características da agricultura familiar.

Segundo Peixoto (2008) no fim da década de 70 houveram críticas em razão ao modelo modernizador ao qual a agricultura estava atrelada e a falta da sustentabilidade ambiental e socioeconômica associada. Em decorrência dos movimentos ambientalistas começaram a ressurgir os movimentos de agricultura alternativa (com origem vinda de países europeus, EUA e Japão) com foco no orgânico, natural, biológica e biodinâmica, ou seja, modelos não convencionais de agricultura. Inicialmente esse modelo de agricultura alternativa não foi bem aceito pelo público por não suprirem uma grande demanda de alimentos como os convencionais, e ser necessário maior investimento de capital. Após o primeiro e segundo Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA), realizados em Curitiba (Paraná) e Petrópolis (Rio de Janeiro), 1981 e 1984, respectivamente, e em conjunto com o fim do regime militar (1985) os debates sobre agroecologia, reforma agrária, agricultura familiar e segurança alimentar foram ganhando espaço e sendo tratados como pontos importantes a serem estudados e discutidos.

A Figura 2 abaixo apresenta o total de agricultores atendidos pela ATER entre os anos de 2002 a 2007. Dos anos 2002 a 2006 houve um aumento de 1,8 milhão para 2,28 milhões aproximadamente de atendimentos para agricultores familiares, enquanto que médios e grandes produtores foram de 198 mil a 208 mil de assistência. De acordo com Peixoto (2009), de 2003 a 2009 foram contabilizados 15,79 milhões de atendimentos, mas somente a partir de 2010 o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) passou a registrar o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) de todos produtores atendidos, anteriormente a isso os dados não eram confiáveis, havendo contabilização de vários atendimentos num único CPF, por exemplo. Se o produtor recebia uma única visita de ATER no ano, o mesmo era contabilizado na estatística, mas sabe-se que somente um único atendimento é insuficiente para que os objetivos dos produtores sejam atendidos.

Figura 2 – Agricultores atendidos por profissionais de assistência técnica e extensão rural 2002 a 2007



Fonte: PEIXOTO (2009, p. 851)

O censo Agropecuário de 2006 (divulgado em 2009) mostrou que 78 % dos estabelecimentos declararam não receber nenhum tipo de assistência, enquanto, 13 % receberam orientação ocasional e 9 % receberam assistência regularmente. Diante da necessidade apresentada, em 2013, foi criada a Agência Nacional de Assistência Técnica e Assistência Rural (ANATER) sobre a lei nº 12.897/13, com intuito de coordenar programas de assistência técnica e extensão rural, juntamente com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) que tem por função implementar inovações tecnológicas aos produtores atendidos, melhorando sua produção e aumentando sua renda. O implemento deste novo modelo de extensão rural estimulou a inserção dos pacotes convencionais nas atividades agropecuárias, notou-se então uma involução no processo de reconstrução de uma nova extensão rural, o que culminou na desconstrução dos avanços conquistados como práticas agroecológicas, agricultura familiar e alimentos saudáveis, voltando gradativamente as práticas do modelo difusionista (DINIZ; HESPANHOL, 2013).

Cabe ressaltar a importância que a EMBRAPA possui no crédito rural e modernização da agricultura, junto da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) passam a ser os principais instrumentos do governo para a mudança na agricultura. Atribui-se a função de coordenar programas e projetos de ATER, cuja execução envolve atuação técnica, administrativa ou financeira de órgãos e

entidades com objetivo de levar melhores condições de vida a populações rurais, aumentar a produção de alimentos e matéria – prima para o mercado interno e para exportação (SEPULCRI, 2005).

O educador Freire⁴ (2013) em sua obra intitulada Extensão ou Comunicação, valoriza o conhecimento e fomenta que o extensionista deve procurar um melhor caminho para auxiliar o agricultor a evoluir sem excluir suas raízes, promovendo uma melhoria em sua propriedade. De acordo com o autor é uma via de mão dupla, o extensionista auxilia o produtor e em contrapartida se beneficia com as experiências adquiridas dos mesmos.

Oliveira (2012) faz uma crítica em relação as instituições de ensino que deixam de debater as questões de políticas públicas como a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) em cursos voltados a área agrícola, havendo uma lacuna entre esses dois que deveriam ser elos. Para o autor as instituições deveriam promover debates e parcerias junto a órgãos públicos para discutir os modelos de extensão rural e assistência técnica propostos pela PNATER, além de propor discussões do meio rural com a realidade de produtores, abordando temas diversos como gênero, etnia, atividades não agrícolas, juventude rural, entre outros, culminando em uma formação mais completa dos extensionistas.

Complementando a fala do autor diversas são as dificuldades atreladas a formação de um extensionista, pois o indivíduo sai destas instituições com foco voltado ao agronegócio, grandes produções e questões tecnológicas, omitindo por vezes a preferência àqueles que mais necessitam de uma assistência no meio rural.

Sepulcri (2008) reflexiona em seu trabalho que as ações de extensão junto dos métodos trabalhados não são suficientes em “salvar” os produtores do processo de exclusão. O extensionista ao realizar um trabalho aos beneficiários dos programas públicos, e participar ativamente no modo de vida destes produtores, deve ter consciência do papel que exerce e da responsabilidade social perante aqueles que estão produzindo alimentos. Essa preocupação do extensionista (que é por vezes criticado) não é observada pelo público de fora, o cuidado e comprometimento de estar presente e dar o suporte no que for necessário, muitas vezes é passado despercebido, sendo apontados somente os erros cometidos.

⁴ A importância de Paulo Freire para a extensão rural reside em sua abordagem pedagógica que valoriza a participação ativa, o diálogo e a conscientização dos agricultores. Suas ideias têm contribuído para a promoção de práticas de extensão mais democráticas, inclusivas e contextualizadas.

Os profissionais precisam promover esse serviço de extensão rural como agentes de conhecimento científico e tecnológicos, precisam aprender junto aos agricultores as especificidades regionais e locais. É necessário identificar o espaço a ser trabalhado, suas potencialidades e até mesmo a economia, preservando assim os recursos naturais, valorizando a cultura local e os recursos humanos disponíveis (SANTANA *et al.*, 2013).

Peixoto (2009) menciona em seu texto um guia produzido pela *Global Forum for Rural Advisory Services* (GFRAS) voltado a exposição de aspectos teóricos e metodológicos das ações e resultados da extensão rural, com objetivo de observar as necessidades e recursos disponíveis dos usuários da extensão rural e com isso atingir os objetivos propostos como: segurança alimentar, sustentabilidade, alimentos com preço acessível e melhor gestão de recursos naturais. Para o autor a maioria das avaliações da extensão rural se concentram em determinar se o serviço é bem executado em relação a qualidade e impacto que vai ter quando executado junto aos produtores. E que há necessidade de demonstrar se a extensão é necessária ou se esses recursos poderiam ser bem mais utilizados se voltados para a educação básica (para que não precisem de extensionistas) infraestrutura ou provisão de insumos para as propriedades.

Thomson (s.d) cita que em 1990 o então presidente Fernando Collor em seu governo extinguiu a EMBRATER junto dos demais serviços públicos considerados não essenciais ao Estado, sem o apoio do congresso nacional a sociedade civil se viu sem ajuda política para reconsiderar a decisão tomada. Após sua extinção a coordenação do sistema brasileiro de ATER foi transferida a EMBRAPA enquanto os serviços de ATER prestados foram realizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que atua também na reforma agrária. Com esta extinção os serviços públicos de ATER diminuíram drasticamente, afetando principalmente os agricultores familiares, pois médios e grandes produtores possuíam condições de contratar serviços de assistência técnica, como empresas de consultoria, revendas de produtos agrícolas, multinacionais de insumos dentre outros (CASTRO; PEREIRA, 2017).

Quanto as empresas que vendem seus produtos para obtenção do lucro, é inegável que as mesmas possuem uma participação bastante ativa no cotidiano desses agricultores dando assistência no que precisam, e que muitas vezes são o único contato que esse produtor tem com profissionais especializados na área agrícola, já que ocorre também de o suporte público não chegar até esses produtores. De certo modo, esses profissionais prestam assistência técnica em relação aos principais passos do ciclo de

produção agrícola como plantio, adubação e controle de pragas (THOMSON, s.d).

Com a extinção da EMBRATER se fez necessário a implementação de uma nova política de crédito com foco na extensão rural, com isso houve o surgimento em 1996 do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF), os serviços da ATER passam a ser solicitados novamente contribuindo na “transformação” do campo daqueles pequenos agricultores esquecidos pelo governo/estado e ofuscados pelos médios e grandes produtores.

Conforme MOTA *et al.*, s.d:

Com metodologias participativas e uma pedagogia construtivista e humanista, tendo sempre como ponto de partida a realidade e o conhecimento local. Pois assim tornam-se iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, envolvendo atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar através dos princípios da Agroecologia e dos Sistemas Agroflorestais como eixos orientadores das suas ações enquanto extensionistas educadores (MOTA *et al.*, s.d. p.5).

Dada as circunstâncias o extensionista possui um papel muito importante, atrelado ao aprendizado do agricultor: Instrui-lo a pensar sobre os seus próprios problemas, às formas de resolvê-lo, inter-relacionar-se com seus respectivos conhecimentos e estimular o uso sustentável dos recursos locais.

3.3 POLÍTICA DE RECONHECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Desde meados da década de 1990 a agricultura familiar vem trazendo um reconhecimento na criação de instituições de apoio a este modelo de agricultura, sendo criadas políticas específicas de estímulo aos agricultores familiares (PICOLOTTO, 2012), como por exemplo, o PRONAF criado pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. O planejamento e implementação do PRONAF contou com o apoio de organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais, dentre outros atores. A política em seu molde inicial possuía três linhas distintas ao qual foi organizada: i) Crédito, sendo a principal desde o início da política; ii) Infraestrutura e Serviços Municipais, em 2003 passou a ser em âmbito territorial; iii) Capacitação, que perdeu sua importância atualmente (SILVA, 2012).

Além do benefício à agricultura familiar (público específico para serviços de extensão rural) tinha como público também assentados de reforma agrária, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais dentre outros, cada qual apresentava características, trajetórias e experiências particulares, um grande desafio para os

profissionais de ATER se adaptarem a diversidade de públicos e regiões, cada qual com sua maneira de organizar seu sistema de produção (BALEM, 2015). Com o programa voltado a este público e as taxas de juros abaixo da inflação para financiamento, houve a facilitação da execução de atividades nas propriedades que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida dessas famílias rurais (MOREIRA, 2017).

Conforme Castro e Pereira (2017) em 1997 houve a criação do PRONAFINHO que atendia agricultores com renda bruta de até R\$ 8.000,00 reais sem mão de obra contratada, no mesmo ano o Banco do Brasil aprovou o PRONAF Rotativo e o Rural Rápido, voltados para custeio e produção agropecuária. Moreira (2017) cita que a distribuição do crédito rural desde sua criação passou por diversas reformulações, onde as monoculturas de exportação foram ganhando maior importância devido o maior lucro obtido, enquanto os agricultores familiares que não produziam visando a exportação, acabaram sendo colocados à margem dos processos de desenvolvimento.

Sepulcri (2005) menciona a parceria do Banco do Brasil com a assistência técnica oficial, sendo o principal órgão do governo que insere o PRONAF aos agricultores familiares, que no ano de 2003 elaborou projetos para mais de 107.905 agricultores familiares, no valor de R\$ 368.127.000,00. Cabe ressaltar que a atuação da extensão rural no crédito sofreu diversas críticas durante a modernização conservadora no campo no início da nova República. A agricultura familiar exibe grande capacidade produtiva, pois contribui no fornecimento de alimentos para o país mesmo com as grandes dificuldades enfrentadas, como pouco acesso a terra, crédito e inovações tecnológicas. Além disso a agricultura familiar trabalha aspectos do homem rural em se conectar a terra e tudo que ela lhe oferece (GOMES, 2013).

Com a estagnação do programa foi se criando a necessidade de possuir um serviço ATER de qualidade que fosse gratuito, público e que atendesse a demanda dos pequenos produtores. Em razão disso no workshop de 1997 promovido pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica, Extensão Rural e da Pesquisa, do Setor Público Agrícola do Brasil (FASER), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER), desenvolveu-se a consolidação de uma proposta que defendia um desenvolvimento sustentável, exclusivo para a agricultura familiar com atuação articulada dos agentes (PEIXOTO, 2008).

Thomson, (s.d) complementa que esta proposta concebida no workshop levaria anos para se concretizar, mas que as atividades ali propostas foram fundamentais para uma extensa rede de atores que atuam na extensão rural. A maior resistência da proposta citada no workshop se deu por conta dos técnicos das empresas públicas. Para Dias (2008) apesar de todo o incentivo às mudanças conceituais propostas por esta política pública de oferecer uma assistência de qualidade para famílias rurais, os extensionistas ainda tinha o foco em trabalhar especialmente com a agricultura patronal voltada a modernização agrícola convencional, em decorrência do ganho e maior visibilidade de mercado.

Ainda em 1997 ocorreu a primeira experiência de terceirização de serviços de assistência técnica aos agricultores pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com objetivo de promover a distribuição justa e equitativa da terra, estimular a produção agrícola e melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais.

O projeto lumiar atendia assentamentos transformando-os em unidades de produção desenvolvidas, atuando de forma competitiva e voltadas ao mercado regional, visto que havia uma insuficiência em serviços de qualidade prestados a esses assentados pela extensão rural estatal. O lumiar tinha como objetivo integrar co-gestão de famílias assentadas, sendo considerados agentes centrais na fase de tomada de decisões, esse era o diferencial do projeto quando comparado a outras iniciativas governamentais na área de assistência técnica (MARINHO *et al*, 1999). Em 2000 o projeto foi cancelado pelo governo depois de atender mais de cem mil famílias.

Oliveira (2012) aborda a questão da utilização do uso do crédito rural em ações de extensão rural, devido que o principal objetivo era implementar a modernização agrícola no país. Para o autor o crédito não poderia ser inserido no contexto, pois a ação não estava associada a atividade do extensionista. Todas as ações de ATER deveriam ser executados por agrônomos e o crédito somente era concebido via projetos, ou seja, o foco das ações muitas vezes era somente o projeto e não aquele que o precisava (produtor) deixando na opinião do autor, a desejar.

Em 2000 o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi criado por meio do decreto nº 3.338/2000 durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAA) era o responsável pelas políticas públicas voltadas ao agronegócio e o MDA estaria voltado para a agricultura familiar e a reforma agrária, no entanto, a ATER seria de responsabilidade dos dois. Além

do MDA e MAA houve a criação do Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS)⁵ que tinha como objetivo adequar as políticas públicas federais ao desenvolvimento sustentável, em especial a reforma agrária fortalecendo a agricultura familiar (GOV.BR, 2004).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) possui seus interesses voltados ao agronegócio, uma agricultura empresarial mais moderna baseada na produção de commodities à exportação, tendo uma ausência na preocupação que este modelo pode proporcionar ao ambiente. Permanece assim uma individualidade entre o MDA e MAPA sobre o modelo, padrão e estilo de desenvolvimento, visto que ambos possuem o mesmo foco, agricultura e produção de alimentos, mas com modelos e formas de produção diferentes (DIAS, 2008).

Em relação as políticas públicas destinadas a juventude rural houveram no governo Lula (2003 – 2010) a criação, já no primeiro ano de mandato, do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), que nada mais é que uma das principais iniciativas para a juventude dos últimos anos. No mesmo ano a linha Jovem no PRONAF foi criada, assim como o selo Nossa Primeira Terra (NPT) no Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) (que passou a vigorar a partir do ano de 2004 com execução do MDA). O MDA era o responsável em desenvolver ações de política pública com foco para a juventude rural (BARCELLOS, 2017). Ainda na fala de Barcellos (2017) o PRONAF passou a inserir a juventude rural no programa, motivado pelas mobilizações de jovens como a Contag e Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais em Agricultura Familiar (FETRAF). Com o apoio da Secretaria de Agricultura Familiar, Cooperativismo (SAF) e MDA orientou-se que as instituições bancárias liberassem financiamentos para jovens que tinham envolvimento com a atividade rural.

Um dos problemas enfrentados pelos produtores para obtenção dos recursos era o (mal) atendimento prestado, havia falta de treinamento por parte dos funcionários para atender bem o público e fornecer informações adequadas para contratação das linhas recém-criadas. Programas como PRONAF Mulher e enfoque ambiental também passaram por essa exclusão. Abramovay *et al* (1998) em seu texto fala acerca do esvaziamento do campo, sendo considerado a pior ameaça ao desenvolvimento rural, a ideia de os filhos retomarem o que seus pais construíram no passado vem se distanciando, prejudicando o processo de sucessão familiar da

⁵ Atualmente identificado como Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF).

propriedade.

Em 2003 o MDA, responsável pelas políticas públicas direcionadas a agricultura familiar aventou a necessidade da criação de novas políticas para promoção do desenvolvimento rural nas regiões (FARIA; DUENHAS, 2019). Com isso em maio de 2004, o governo federal lançou a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) (tópico 3.4) de forma mais democrática e participativa que a versão formulada dois anos antes pelo CNDRS, definiu-se também a elaboração do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER) (FARIA; DUENHAS, 2019). A PNATER passa a exercer um modelo mais agroecológico, possuindo como principais metas metodologias participativas, valorização dos saberes dos agricultores, nessa percepção, o extensionista é compreendido como um agente que promove o desenvolvimento baseado na ideia de sustentabilidade (BALEM, 2015).

3.4 A POLÍTICA NACIONAL DE ATER NO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

A nova política a ser implementada pelo governo, surgiu com base nos efeitos negativos que a revolução verde e os modelos convencionais de ATER baseados no difusionismo causaram. Essa política tinha como desafio a promoção do desenvolvimento rural sustentável com princípios agroecológicos, gestão democrática e controle social (FARIA; DUENHAS, 2019). O aspecto mais relevante do programa foi o resgate do serviço público e a inclusão social da população rural brasileira mais pobre, sendo o elemento principal de suas ações.

Esta nova política foi organizada na forma de um sistema nacional descentralizado de ATER pública, no atendimento direto a agricultores familiares (a agricultura familiar ganhou espaço nos serviços de extensão rural a partir de eventos como a criação da PNATER em 2004). O programa passa a abordar novas metodologias, incentivando o uso da agroecologia na produção, sendo um novo paradigma tecnológico para o desenvolvimento sustentável. O público central do programa é destinado a população rural mais pobre, dentre eles produtores familiares tradicionais, assentados por programas de reforma agrária, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA (GOMES, 2013).

Conforme Milagres *et al.*, (2018), a PNATER prioriza uma agricultura com princípios ecológicos sustentáveis, sem excluir outros modelos produtivos, lutando por

redistribuição e conhecimento, além de não querer impor um modelo exclusivo de produção e sim um princípio alinhado com a agricultura sustentável. Do ponto de vista tecnológico a PNATER aborda uma necessidade de mudança frente aos padrões tecnológicos da revolução verde, modelados nas estratégias de modernização que, segundo os autores não é uma postura adequada ao estilo de agricultura e desenvolvimento sustentável que a sociedade apoia.

Deponti, (2010, p. 90) menciona em sua fala a necessidade de “substituir o paradigma de extensão rural baseado no modelo difusionista de transferência de tecnologia para aumento de produção e de produtividade por um “novo modo” de fazer ATER”. Desta maneira, chegasse ao princípio da inserção de uma extensão rural agroecológica ou ecossocial em suas bases epistemológicas para agrossistemas sustentáveis e o desenvolvimento rural sustentável (TAVARES, 2006).

A agroecologia além de tratar sobre o manejo ecologicamente correto dos recursos naturais, aborda em suas questões um campo de conhecimento abrangente, contribuindo na integração dos saberes históricos dos agricultores, permitindo a compreensão e análise do atual modelo de desenvolvimento da agricultura, obtendo novas estratégias para o desenvolvimento rural (CAPORAL, 2009). A principal mudança citada pela PNATER é estabelecer uma nova ética socioambiental, adotando métodos agroecológicos, com o intuito de valorizar os saberes do agricultor, produção alimentar, além de reduzir os impactos naturais (LAFORGA; VIEIRA, 2008).

Siliprandi (2009) discute em seu texto sobre a agroecologia e a transição dos atuais modelos de agricultura, considerados insustentáveis para uma agricultura sustentável. Essa sustentabilidade que o autor menciona se caracteriza por processos contínuos no espaço rural, conciliando a produção rural e preservando as características ecológicas do ambiente, proporcionando qualidade de vida as famílias que residem na propriedade.

Um grande avanço da política foi a relação de trabalho com povos e comunidades tradicionais (historicamente seria impensável as políticas públicas chegarem a essas populações rurais, em especial a política de ATER), já que no passado se dava mais ênfase a objetivos econômico-produtivos de produção em massa, ganho de capital e exportação (FARIA; DUENHAS, 2019). Os autores ainda destacam em um trecho complementar sobre a ATER quilombola “uma ação que possui grande potencial de intervenção, principalmente se levado em conta a inserção proeminentemente rural dos mesmos e suas formas de reprodução econômica e sócio – cultural.” (FARIA;

DUENHAS, 2019. P 152 – 153).

Com a implementação da PNATER criou-se em 2005 o PRONATER com foco em serviços de ATER em todo o país. Coordenado pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) em parceria com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS/MS), implantado anualmente em cada plano safra da agricultura familiar com base nas políticas do governo federal, nos programas estaduais de ATER e nas demandas da agricultura familiar. O programa também possui participação do comitê nacional de ATER do CONDRAF. O objetivo da criação deste programa foi o de fortalecimento dos serviços de assistência técnica e extensão rural, e implementação da política nacional de ATER, visando expansão de conhecimento no campo (GOMES, 2013).

Além das políticas voltadas a ATER, o PRONATER com parceria do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), manteve o foco em atividades relacionadas a instituições de ensino e pesquisa, com o intuito de melhorar a assistência voltada a agricultura familiar, expandindo a tecnologia e melhorando o quadro técnico de agentes da ATER (THOMSON, s.d). Dentre as críticas sofridas na PNATER, Abramovay (2007) é o mais enfático em relação ao programa, ele cita que a política obtém um deslize em idealizar o desenvolvimento rural a partir de uma perspectiva setorial, na qual desconsidera a irrelevância e desinteresse das economias agrícolas para a geração de emprego e renda, sem comprometer a integridade dos recursos naturais. Em sua perspectiva a missão do extensionista é atuar com um profissional que leva a promoção de desenvolvimento, não só para a agricultura familiar e produção agrícolas, mas todos os atores sociais, inclusive atores do agronegócio.

Para Abramovay (2007, p 16) a PNATER é “fortemente influenciada por uma visão corporativista que vê na participação social organizada condição necessária e praticamente suficiente de sucesso na execução de políticas públicas”. Esta visão fortalece a representação social com base nas políticas, na visão do autor este parâmetro de avaliação possui uma mobilização social, dando lugar aos resultados que os atores conseguem obter do Estado para os segmentos sociais que representam. Santana *et al.*, (2013) afirma que para que ocorra o desenvolvimento rural, a sustentabilidade e principalmente produtividade na agricultura familiar, além dos saberes econômicos, sociais e ambientais deve haver a inserção de componentes com formação interdisciplinar (educação ambiental, educação financeira), capazes de ter uma visão abrangente do entendimento e promoção do desenvolvimento rural sustentável além de melhorar a

qualidade de vida do meio rural.

3.5 EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL NO PARANÁ

O presente capítulo trata da origem e do significado da extensão rural no Paraná e sua trajetória institucional. A extensão rural pública no Paraná foi iniciada em 20 de dezembro de 1956, de um acordo firmado entre o governo do Estado do Paraná e o governo Norte – americano, com participação da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, departamento de fronteiras, fundação de assistência ao trabalhador rural e o escritório técnico de agricultura (ETA) denominado projeto 15. Com objetivo de implantar um programa de extensão rural e economia doméstica, promovendo o aumento da produtividade, de renda, bem-estar social e melhoria do padrão de vida de famílias rurais, por meio do programa de extensão agrícola (SEPULCRI, 2005).

Para dar continuidade ao trabalho de extensão rural, em 1959, foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA) com objetivo de aplicar extensão técnico – educativa, conduzindo o processo de difusão tecnológica, aumentando a produção agropecuária e melhorando as condições sócio econômicas do estado (WOLFART, s.d). Segundo o mesmo autor o aprimoramento tecnológico e as novas práticas de produção no meio rural, junto a extensão rural, educação, pesquisa, clube 4-S (entidade sem fins lucrativo) dentre outros, tinham como objetivo levar sugestões de melhoramento, aumento da produção, novas formas de trabalho com métodos difundidos elevando o nível de vida dos produtores que estavam inseridos no programa, ou seja, tentavam inserir um novo modo de vida no campo, diferente daquele modo tradicional, além disso abria uma porta de entrada para a população jovem do campo. A Juventude Rural, foi um trabalho desenvolvido pelo clube 4-S com os jovens, com objetivo de criar ações educativas, trabalhos comunitários e atividades sócio – recreativas em conjunto ou individuais, orientadas por líderes voluntários cujo principal intuito era o desenvolvimento agropecuário e a introdução de uma moderna tecnologia.

Em meio a uma reforma administrativa através da Lei nº 6.636/74 de 1974 a ACARPA é estatizada se tornando uma empresa vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura. O Sistema Estadual da Agricultura (SEAG) posteriormente vinculada a empresas entre as quais está a ACARPA, passou a executar as políticas públicas de assistência técnica e extensão rural do governo do estado do Paraná. A ACARPA perdeu sua característica de associação de empresa para – estatal e seu vínculo com o governo

federal através de sua filiação à ABCAR. Com isso a ACARPA se tornou oficialmente o orçamento do Paraná, dando-lhe uma relativa estabilidade financeira em questões voltadas a serviços de ATER (SEPULCRI, 2005).

O Paraná se destaca no oferecimento de crédito rural possuindo organizações tradicionais que aplicam financiamento, atendendo produtores que normalmente não se enquadram no sistema de crédito oferecido pelos demais bancos. Entre as instituições tradicionais podemos destacar o Banco do Brasil (sistema bancário) Cooperativa Agrícola de Campo Mourão (COAMO) e a Cooperativa Agroindustrial de Maringá (COCAMAR), ainda na relação de instituições tradicionais, podemos considerar indústrias de processamento e insumos (GASQUES; VERDE; OLIVEIRA, 2004).

Deste modo, com a criação da EMBRATER em 1975 surgiu a necessidade de possuir um sistema em cada estado. Em dezembro de 1977, proposta pela Lei nº 6969 foi criada a Empresa Paranaense de Assistência e Extensão Rural (EMATER) vinculada à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB). No tópico 3.6 será estudado mais detalhadamente a trajetória institucional da empresa EMATER.

3.6 A TRAJETÓRIA DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – EMATER PARANÁ

Em 1977 com sua criação, a EMATER e ACARPA criaram um convênio entre si, onde a ACARPA seria responsável pelo programa de assistência técnica e extensão rural do Paraná (a ACARPA era considerada uma utilidade pública) enquanto, a EMATER cedia os recursos financeiros para a execução (SEPULCRI, 2005). Por meio da Lei nº 8.485, o governo estadual extinguiu a ACARPA mantendo somente a EMATER, que assumiu as atividades se constituindo numa empresa pública de direito privado, com a visão de inserir modelos tecnológicos no meio rural, dando uma atenção maior às comunidades pobres situadas em pequenos municípios (MATTIA, 2017).

A extensão rural fornecida pela EMATER procurava trabalhar junto ao produtor através da dimensão comunicacional e educacional. Segundo Schimitz (2017) na dimensão comunicacional as informações podem ser utilizadas no cotidiano, enquanto que a dimensão educacional auxilia na obtenção dos conhecimentos, habilidades e saberes, aplicando-os em benefício, culminando em melhoria na qualidade de vida e produção. Basicamente, o autor afirma que a extensão aumenta a produtividade agrícola, leva conhecimentos e informações relevantes ao produtor, facilita o trabalho na

propriedade, aumenta a renda familiar e melhora as condições socioeconômicas da família dos agricultores, além de fornecer outras alternativas para obtenção de renda tais como pequenas agroindústrias e o turismo rural, que, através do apoio técnico ajudam a viabilizar tais iniciativas.

Para Dias (2008) havia um claro vínculo entre extensão rural e políticas de promoção ao desenvolvimento rural a partir do Estado, tanto, que se fez necessário a intervenção de profissionais que orientassem mudanças nas políticas propostas a partir de 2003 com o novo governo (a época), trazendo mudanças positivas no que diz respeito inclusão do combate à pobreza e a implantação de políticas de reforma agrária. Evidenciando o papel da extensão rural para a promoção do desenvolvimento rural, contribuindo na melhora da qualidade de vida do campo. O elemento central desses profissionais é a produção sustentável com base ecológica e segurança alimentar, além do incentivo a comercialização de seus produtos como pequenas agroindústrias (MOREIRA, 2017).

Segundo Sepulcri (2005) o propósito do serviço do extensionista é voltados as áreas de assistência técnica agropecuária e economia doméstica (composta de um técnico de ciências agrárias e uma técnica capacitada na área de economia doméstica). Devido aos baixos rendimentos da atividade rural, os agentes tem por objetivos buscar soluções para diminuir o atraso do campo, fazendo com que haja maior rentabilidade/diversidade na produção, desenvolvimento da propriedade e utilização da modernização a favor do agricultor. Ainda na fala do autor a organização rural foi uma estratégia adotada pela extensão desde o seu início para o desenvolvimento rural, com objetivo de contribuir no processo de desenvolvimento comunitário e municipal, sendo elas comissões, conselhos rurais, clube de jovens, cooperativas, sindicatos, comitês, clube de mulheres dentre outros, além da escolha de líderes para compor a organização comunitária.

Pode-se destacar três programas que alteraram historicamente a extensão rural do Paraná sendo eles:

- Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP) – Criado pelo decreto nº91.178 em 1985. O programa com apoio do Banco Mundial tinha como objetivo o desenvolvimento rural para pequenos agricultores, especialmente aqueles menos favorecidos, excluídos em decorrência da modernização da agricultura (MATTOS, 1994);
- Programa Integrado de Conservação do Solo (PROICS) – Criado em 1975 tinha como objetivo, práticas de terraceamento e plantio em curvas de nível, além de

incentivar os produtores a usarem o solo adequadamente, com base em sua capacidade agrícola, visando ao aumento de renda e a preservação dos recursos naturais. O programa foi ofertado em 130 municípios, num total de 2,5 milhões de hectares com 72.000 propriedades beneficiárias (OLIVEIRA; NETO, s.d);

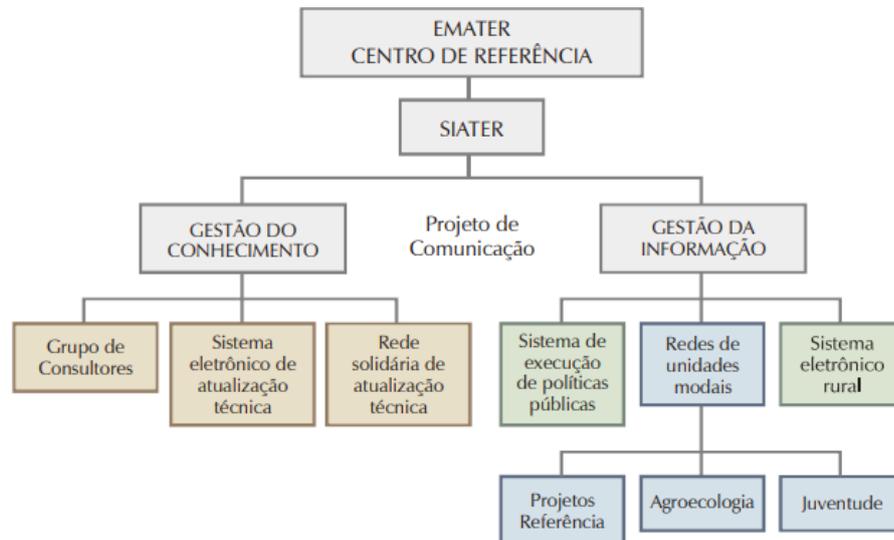
- Programa de Administração Rural – O programa como o nome já diz tinha como objetivo o suporte na tomada de decisões dos processos administrativos de empresas rurais, buscando a eficiência produtiva, tendo como lema em sua campanha: “quem não sabe quanto gasta não sabe quanto ganha (GERALDO *et al.*, 1994);

Para Figueiredo (1980) o extensionista busca/busca contribuir com os agricultores com um trabalho comunitário, de reconhecimento e legitimidades junto a lideranças locais, ganhando o respeito dessas classes. O extensionista desfrutando deste respeito realiza papel de interesse das classes, sem questionar as relações sociais e aspectos estruturais de produção que predominam no meio rural. Diante da discussão apresentada sobre extensão rural pode-se abordar o papel da mesma no Paraná, com a crescente insatisfação dos resultados apresentados por este serviço, foi necessário desenvolver soluções a este setor público, identificando três caminhos.

O primeiro com ênfase em ONGs introduzindo tecnologias sustentáveis e metodologias participativas junto aos produtores ao qual o programa beneficia. O segundo se remete a recursos públicos repassado aos produtores com o intuito de contratar serviços privados de assistência técnica, conforme interesses dos produtores (geralmente esses recursos diminuem ao longo do tempo, dado ao aumento dos recursos dos produtores conforme cronogramas). O terceiro restringe a participação do Estado nas soluções, ficando de inteira responsabilidade de organizações de produtores que teriam o controle dos serviços que necessitariam para sua lavoura sem esperar ajuda do Estado (SEPULCRI, 2008). Ainda segundo o autor ao notar uma decaída nos serviços de assistência técnica a agricultura familiar propõe uma reestruturação, com maior controle social, e participação dos produtores organizados e extensionistas.

A Figura 3 abaixo apresenta uma proposta de gestão institucional em relação ao planejamento e organização de projetos voltados a extensão rural e assistência técnica criados pela EMATER, com o intuito de articular o desenvolvimento e reduzir as dificuldades encontradas pelos produtores, além de fortalecer os arranjos produtivos locais. Nota-se que o Sistema Integrado de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIATER) trabalha com um projeto de comunicação organizado em dois eixos, gestão do conhecimento e gestão da informação.

Figura 3 – Gestão Institucional – Emater – Paraná



Fonte: SEPULCRI (2008, p. 101)

Para Sepulcri (2008) o primeiro eixo (gestão do conhecimento) busca uma melhoria na qualidade dos serviços prestados aos produtores, composto por grupo de consultores, sistema eletrônico de atualização técnica e rede solidária de cooperação técnica. O grupo de consultores agrupa técnicos da EMATER e outras instituições (pesquisa, ensino e empresas privadas) sendo responsável em trazer o conhecimento para a empresa. O sistema eletrônico de atualização técnica e rede solidária cuida da parte computacional, em trazer treinamentos a distância para técnicos e produtores. Já a rede solidária de cooperação institucional, possui o objetivo de facilitar a promoção de programas do governo e informações técnicas ao meio rural (conhecimento e desenvolvimento), além de organizar os escritórios municipais da EMATER. Já o centro coordena entidades públicas, privadas, ONGs dentre outras. Todos esses atores estão envolvidos no processo de desenvolvimento local, formando o SIATER.

Para o mesmo autor a gestão da informação possui sistema de políticas públicas, rede de unidades modais e sistema eletrônico rural, esse último agrega informações dos produtores e os disponibiliza para consulta futura, além de viabilizar soluções ao desenvolvimento rural sustentável, possui também papel de proporcionar aos jovens a tecnologia, promovendo sua inclusão. A execução de políticas públicas se remete aos programas oferecidos pelo governo e organizações de parcerias necessárias ao seu êxito. Já as redes de unidades modais organizam a dispersão da tecnologia na extensão, além de possuírem projetos estratégicos, econômicos e de referência

executados pela EMATER.

Para concluir dentro do que foi visto até o presente momento e para que a EMATER pudesse atuar como uma agência de desenvolvimento Abramovay (1997) sugeriu a ampliação das atividades relacionadas a geração de renda de atividades agrícolas e não agrícolas, além de formações, empreendedorismo, inclusão social, fortalecimento do capital social dentre outros. Agregando inovação e desenvolvimento a agricultura familiar (de maneira virtual), beneficiando esse público através do compartilhamento de informações, troca de experiências, conhecimento e saberes, fortalecendo assim a segurança e diminuindo a vulnerabilidade das famílias dos agricultores familiares promovendo acesso aos serviços e políticas públicas.

3.6.1 Estrutura da EMATER – Paraná

A EMATER é uma instituição que presta assistência técnica e extensão rural no Estado do Paraná, sendo uma organização que a muito tempo vem buscando a excelência de seus serviços, por meio de procedimentos administrativos e gerenciais, resultando em reflexões organizadas ao longo de sua existência (CAVAGNOLI, 2002).

Inicialmente, em 1956, a estrutura para os serviços oferecido de assistência técnica e extensão rural no Paraná contavam com sete escritórios, instalados nos municípios de Foz do Iguaçu, Campo Largo, Prudentópolis, Rebouças, São Mateus do Sul, Toledo e União da Vitória, com equipe formada por nove agrônomos e onze técnicos sociais. A falta de pessoas especializadas foi o primeiro desafio vivenciado pela extensão rural, movimento esse que levou a criação de centros de treinamento e o pré – serviço dos extensionistas era o de se deslocar até outros estados para obter ensino sobre extensão rural com técnicos Norte – americanos. Devido este empecilho a ACARPA começou a qualificar seus colaboradores e com isso criou seu próprio pré – serviço para aperfeiçoar a capacitação de seus servidores, já que todo esse processo de desenvolvimento humano e organizacional diferenciava a extensão de outras empresas privadas (LAINO, 2012).

A ACARPA e EMATER começaram a obter um aumento drástico em relação a expansão de seus escritórios municipais, a década de 70 se consagrou a maior no qual houve aumento expressivo de 69 a 279 escritórios, aumento de 304 %. A partir de 1985 a EMATER se fazia presente em 100 % da região paranaense, com 289 escritórios municipais, 30 escritórios distritais e 1.981 funcionários (máximo atingido) até chegar no

ano de 2004 com 1.226 funcionários. Em 1985 o público assistido era composto por jovens e trabalhadores rurais, especialmente trabalhadores volantes, denominados “boias-frias”, sendo assistidos 13.444 trabalhadores e 12.114 jovens nesse ano, em 1995 a quantidade aumenta para 190 mil produtores (80 % de pequenos agricultores) (SEPULCRI, 2005).

Conforme o site da ASBRAER (s.d) atualmente a EMATER possui unidades municipais que atendem a todos os municípios paranaenses, além de 22 unidades regionais e a unidade estadual localizada em Curitiba. A direção superior é composta pelo conselho de administração, diretor presidente, colegiado da diretoria e conselho consultivo estadual. Para conseguir suprir a demanda no atendimento as famílias rurais, a empresa possui um quadro técnico de 1,2 mil funcionários, de mais de 40 profissões, mesmo com um quadro extenso de colaboradores muitos agricultores não possuem assistência técnica no Estado do Paraná, problema esse que vem sendo discutido com o intuito de criar iniciativas privadas para assessoramento a esses produtores “esquecidos”.

Além disso a empresa busca focar na agregação de valor, renda e diversificação de culturas para tanto, utiliza mercados institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos – (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escola (PNAE) junto aos agricultores fazendo com que os alimentos produzidos por eles sejam levados até escolas públicas servindo de merenda escolar (ASBRAER, s.d).

Em 2009 com a Lei 11.947 de 16 de junho de 2009, houve um marco importante em relação ao programa PNAE, onde agricultores e familiares passaram a ter uma alternativa mais segura em relação a obtenção de renda no mercado, diminuindo a desigualdade socioeconômica no país, especialmente no meio rural. A legislação em questão determina que 30 % do repasse financeiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) fosse utilizado para compra dos produtos alimentares vindos de empreendedores familiares e suas organizações (MACHADO, 2020).

Para Machado (2020) a PNAE é complexa, pois envolve diversos órgãos públicos, dentre eles secretarias, técnicos da área de nutrição, agrícola, assentamentos, cooperativas, indígenas, agricultores e quilombolas que fornecem o alimento, do outro lado tem os atores (escola) que recebem e consomem esses alimentos, alunos e funcionários. Para o autor a execução adequada deste programa passa por um planejamento agrícola, com disponibilidade técnica em auxiliar e oferecer conhecimento,

assistência na produção, colheita e distribuição. Por um bom tempo o trabalho de extensão rural ignorou o papel das mulheres rurais como agricultoras, levando as mesmas somente conteúdos de economia doméstica e atividades do lar, ou seja, o objetivo da mulher rural, segundo a visão dos extensionistas era de servir ao lar somente, deixando as atividades agrícolas para os homens.

Para Siliprandi (2002) o papel da mulher deveria ter maior reconhecimento dada a contribuição efetiva que a mesma exerce para a agricultura familiar. Esta perspectiva de gênero estabelece um viés crítico, alegando que a mulher está inserida em uma sociedade (campo) com denominação masculina, este trabalho exercido por ela muitas vezes é constatado como um trabalho não técnico e mesmo que haja um viés de decisão vindo da mulher na propriedade, a predominância e decisões finais são ocupadas pelo chefe da família (homem). O PRONAF mulher aborda essa questão junto a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), já que para as mulheres o seu reconhecimento está atrelado a uma questão redistributiva, ou seja, aspectos que são considerados femininos como cuidar do lar, participar de clube de mães são reconhecidos pela sociedade como o papel principal da mulher do campo.

O trabalho de associativismo e cooperativismo foi uma diretriz da extensão desde o seu início com o Plano Quinquenal da ABCAR. Na ACARPA esse trabalho iniciou em 1962, com a organização de cooperativas nos municípios de Campo Largo e União da Vitória, na sequência, houve a reorganização da cooperativa mista Bom Jesus Ltda, em 1965 na Lapa, e a fundação da cooperativa de vitivinicultores de Colombo e a cooperativa mista agrícola de Palotina Ltda. Este trabalho de cooperativismo teve a participação do INCRA em 1971, e do Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC). Outras instituições que atuavam no setor foram fundamentais para a consolidação do cooperativismo no estado, sendo realizado de forma integrada com as comunidades. Em 1966, haviam oito cooperativas agropecuárias no Paraná, em 1980 esse número passou para 41 cooperativas com 70 mil associados, atualmente são 71 cooperativas agropecuárias com 100.757 associados (SEPULCRI, 2005).

Para Rodrigues *et al.*, (2018. P 215) “no contexto paranaense, o cooperativismo se destaca como instrumento de ascensão social dos cooperados e também de promoção e desenvolvimento regional baseado em cadeias agroindustriais de grande competitividade”. Por essa razão o trabalho do cooperativismo contribuiu no crescimento da agricultura paranaense por meio das cadeias produtivas e complexos agroindustriais, agregando valor ao produto e aos produtores. Além disso a prestação de

serviços de assistência técnica no Paraná por meio de cooperativas é um item bastante valorizado pelos cooperados, a aderência de sistemas cooperativos no Sul é maior do que outras regiões do Brasil, dada a assistência técnica de qualidade ofertada aos agricultores, que geralmente contam com equipes de agrônomos, técnicos agrícolas, veterinários dentre outros profissionais (CASTRO; PEREIRA, 2017).

Com a expansão da agricultura na década de 70 e a grande abundância no fornecimento de crédito rural, o Paraná se consolidou na produção de grãos do País, houve o crescimento da EMATER impulsionado principalmente pelo convênio com a Organização Internacional do Café (OIC) e governo federal. Cujo principal objetivo era a exportação de grãos (soja, milho e sorgo) e carne bovina, fazendo com que o trabalho com o pequeno produtor diminuísse, dando espaço aos médios e grandes produtores dado maior volume produção que os mesmos possuem. Além de atuar em áreas de lavoura e criação. A EMATER a época tinha com foco programas voltados a áreas de conservação e preservação de recursos naturais (LAINO, 2012).

Em 1976 a extensão rural passa a priorizar a tecnologia de comunicação, como um processo educativo por via da educação não formal. Extensionistas com o apoio de programas de rádio faziam mão de uma metodologia comunicativa na difusão de informações e adoção de tecnologias agrícolas para agricultores familiares. Os programas de rádio facilitavam a comunicação do extensionistas com seu público e estabeleciam um vínculo do produtor e sua família com as informações trazidas (SEPULCRI, 2005). O Modelo 80 de extensão rural adotado no início da década de 80 ficou conhecido como a “década perdida brasileira” devido à crise que o país enfrentou e uma série de alterações no campo econômico, político, social, cultural e agropecuário. Esse modelo tinha como meta aumento da produção, produtividade na lavoura, renda do produtor e bem estar, além da transferência de tecnologia agropecuária, gerencial e de conhecimento de natureza social (LAINO, 2012).

Para Branderburg e Henderikx (1981) em decorrência da expansão capitalizada das formas de produção, houve uma eliminação dos métodos tradicionais de trabalho rural, sendo introduzidos maquinários especializados suprimindo o trabalho antes realizado coletivamente, além de novas estratégias de concentração da propriedade da terra, especialização de culturas, uso intensivo da tecnologia moderna e mecanização da lavoura.

A forma de trabalho da EMATER/ACARPA foi redirecionada junto ao novo modelo. De acordo com Bruns (1986) o componente da educação era baseado na busca

do conhecimento da realidade atual feita por agentes (produtor, extensionista e pesquisador) ligados pelo diálogo e posteriormente uma avaliação. Em outras palavras a extensão era uma educação não informal e participativa com produtores rurais em busca de mudanças, decisões e soluções dos problemas tido em sua propriedade. Em suma, o modelo tinha como componentes básicos, o método, conteúdo e a estrutura. O método era baseado em um diálogo objetivo com o produtor, com postura educativa e métodos de comunicação com análises críticas e escolha consciente de solução para os problemas em questão. O conteúdo buscava tecnologias apropriadas ao perfil dos produtores e disponibilidade de fatores. Enquanto que na estrutura a organização rural (característica básica deste modelo) tomou a frente como mecanismo de ajuda ao produtor, para resolver seus problemas mais comuns em grupos homogêneos na sociedade ou comunidades.

Da Tabela 1, comparando modelos anteriores com o modelo 80, pode-se observar fatores marcantes deste período, como por exemplo, o fato de a administração das propriedades rurais passarem pelo aval dos extensionistas, que auxiliavam os produtores a controlar seus gastos, dando uma melhor percepção da propriedade e controle de entradas e saídas, finalizando com uma avaliação do ano agrícola. Este diagnóstico propiciou uma ampla campanha na área de administração rural, procurando problematizar sobre gastos e ganhos mantendo um controle de gastos na propriedade (LAINO, 2012).

Tabela 1 – Uma análise comparativa entre modelos anteriores e o Modelo 80

MODELO ANTERIOR	MODELO 80
- Fomentista, produtivista, mecanicista.	- Humanista, educativo.
- Centrado na produção agropecuária.	- Centrado no homem: seu bem estar, sua renda.
- Visão por produto.	- Visão da propriedade como um todo.
- O produtor como paciente (objeto), da ação extensionista(agente).	- Produtores, extensionistas, pesquisadores agindo sobre a realidade.
- Baseado nas técnicas, crédito rural, liderança, cooperativismo.	- Baseado na educação, participação, realidade, organização rural.
- Introdução de tecnologia moderna, preconizada pela pesquisa.	- Colocação à disposição do agricultor, de alternativas tecnológicas apropriadas, desenvolvidas pela pesquisa, e/ou pelos produtores.
- Centrado no produtor com capacidade de resposta.	- Centrado nos pequenos e médios produtores

Fonte: LAINO (2012, p. 75)

O modelo 80 estava representando um avanço em relação ao modo

tradicional de extensão trazendo conceitos metodológicos à nova forma de trabalho no campo. O trabalho estava centrado em introduzir a tecnologia agropecuária, gerencial e social, a organização rural foi utilizada como instrumento político do agricultor (BIASSI, 1993). Contudo, diferentes problemas ocorreram em sua implementação, extensionistas mais antigos não estavam se adaptando aos novos métodos impostos não conseguindo abandonar a postura professor/aluno, além de possuírem dificuldades na participação de decisões (LAINO, 2012). Além dos problemas mencionados para o autor o modelo econômico (modernizado) adotado duas décadas atrás, apresentava sinais de esgotamento, o crédito rural que foi grande “patrocinador” da modernização da agricultura reduziu a demanda de ofertas, a crise foi marcada por um período de desemprego, recessão, aumento da dívida externa, inflação e queda da renda per capita.

Com a chegada das eleições em 1983, o Estado assume uma postura pioneira e fomenta o uso de métodos e técnicas alternativas na agricultura, fruto do Programa Integrado de Manejo de Solos e Águas (PMISA) desenvolvido pelo Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), que juntos promovem ações integradas envolvendo pesquisa, extensão e produtor, voltados à geração de componentes tecnológicos por produtos, procurando somar esforços para a integração de resultados em sistemas de produção (LAINO, 2012).

Novamente a ACARPA/EMATER tiveram que redefinir sua forma de trabalho, passando a dar mais atenção aos pequenos produtores, priorizando a organização destes grupos. Em resumo, os extensionistas buscavam um trabalho democrático e participativo com trabalhadores rurais, principalmente os sem-terra apoiando suas mobilizações, de forma que os agricultores participassem nas decisões da sociedade. Buscou-se que os extensionistas conhecessem e entendessem a realidade do produtor, para poder haver uma maior integração com o mesmo e com isso solucionar seus problemas (BRUNS, 1986).

Com a modernização da agricultura e o aumento da demanda, houve o surgimento das primeiras empresas privadas de assistência técnica e planejamento agropecuário, cooperativas e empresas multinacionais organizaram escritórios de assistência técnica privada, enquanto, municípios de maior porte montavam suas Secretarias Municipais de Agricultura (SMA), os recursos provenientes do crédito rural como o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), que até então eram exclusivos da EMATER, passaram a ser divididos com as empresas privadas (SEPULCRI, 2005).

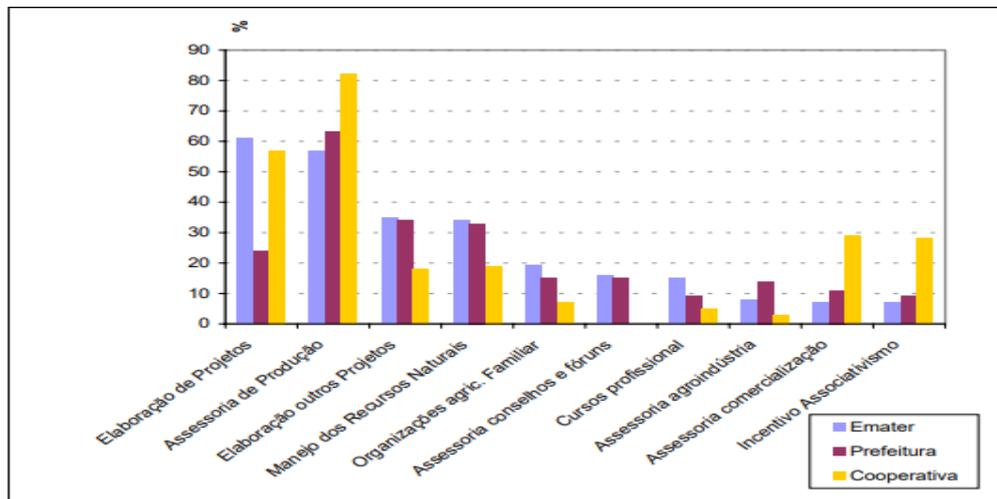
Entre as empresas que foram criadas, pode-se destacar com maior força:

- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) – Criado pela lei federal nº 8.315, em 23 de dezembro de 1991, iniciando suas atividades no Paraná em 1993. Com objetivo de realizar a educação profissional rural dos produtores contribuindo para um cenário de produção sustentável, competitividade, aumento de renda e avanços sociais no campo (SENAR, s.d).
- Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) – Iniciando suas atividades no Paraná em 1999, com objetivo de integrar ações com enfoque educativo, promover o cooperativismo, despertar o bem-estar e a qualidade de vida do produtor, contribuindo também no desenvolvimento sustentável das cooperativas e comunidades (SISTEMAOCB, s.d).
- Federação da Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF/SUL) – Ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), criada em 28 de março de 2001 em Chapecó, SC organizada em 22 microrregiões e 93 Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar em toda a Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Possui objetivo de articulação da luta política de forma integrada, junto a organizações sociais e econômicas que constroem caminhos alternativos para a agricultura familiar (FETRAF – SUL, s.d).

Ao analisar as empresas (EMATER, prefeituras e cooperativas) que exercem serviços de assistência técnica, pode-se perceber as principais atividades desenvolvidas na execução de políticas públicas para a agricultura familiar (Figura 4). De acordo com a Figura 4 o maior tempo empregado pelos técnicos da EMATER está na elaboração de projetos técnicos, sendo 61 % do tempo, assessoria de produção com 57 %, elaboração de outros projetos 35 % e o manejo de recursos naturais 34%, as atividades restantes estão abaixo da porcentagem de 20 %. Os técnicos das prefeituras possuem maiores esforços em assessoria de produção agrícola, ficando com 63 % um pouco a mais que a EMATER, elaboração de outros projetos possui um percentual de 34 %, manejo de recursos naturais 33 % e elaboração de projetos de financiamento houve uma queda brusca (se comparado a EMATER) para 24 %, demais atividades novamente estão abaixo de 20 %. Já os técnicos de cooperativas possuem um maior percentual a assessoria de produção agrícola com 82 %, elaboração de projetos de financiamento 57 %, assessoria a comercialização 29 % e incentivo ao cooperativismo 28 %, destaca-se esses dois últimos que anteriormente não foram incluídos, devido ao aumento de quase 30 % se comparado

aos demais, podendo assim perceber a grande diversificação de atividades dentre essas três instituições (SEPULCRI, 2005).

Figura 4 – Principais Atividades Desenvolvidas pela Emater – Paraná, Prefeituras e Cooperativas na execução de Políticas Públicas Dirigidas a Agricultura Familiar Ano 2004.



Fonte: SEPULCRI (2005, p. 82)

No Paraná o público da agricultura familiar possui serias limitações em relação a melhores desempenhos de suas atividades, principalmente na questão de compras e vendas de seus produtos, que por muitas vezes acabam perdendo frente a grandes concorrentes com maior volume comercializado, esse problema também se assemelha no acesso a terra, capital e serviços públicos. Para Sepulcri (2008) as diversas restrições e desvantagens impedem o pequeno agricultor de crescer no mercado, gerando baixos rendimentos dificultando sua saída do ciclo da pobreza, algumas dessas restrições é acesso a capital e a falta de organizações sindicais. A maioria destes problemas não são decorrentes de fenômenos naturais que impeçam o produtor de produzir e sim de interesses contrários os quais podem ser superados com políticas públicas direcionadas a este público, desde que também haja consentimento do programa em querer ajudar o produtor.

Por fim, considerando todas as demandas de extensão rural e assistência técnica da EMATER durante os anos, essa entidade pratica o desenvolvimento local da agricultura se enquadrando nos princípios de uma nova ATER, por meio do desenvolvimento de estudo e pesquisa, além do foco direto na agricultura familiar, agroecologia, sustentabilidade e desenvolvimento rural sustentável, sendo sua forma de atuação única de cada profissional com sua visão para a realidade do produtor, além do envolvimento de varias entidades na promoção de melhorias aos agricultores

(MATTIA, 2017).

Para compor a finalização deste capítulo, menciona-se a incorporação da EMATER junto a IAPAR instituída pela Lei nº 14.832 em 22 de setembro de 2005, o Centro de referência em Agroecologia – CPRA instituída pela Lei nº 14.980 em 28 de dezembro de 2005 e a Companhia de Desenvolvimento Agropecuario do Paraná – CODAPAR autorizado pela Lei nº 9.570 em 15 de fevereiro de 1991 (DIÁRIO OFICIAL PARANÁ, 2019).

Esses quatro órgãos incorporados deixam de existir como instituições e passam a compor uma única entidade vinculada a SEAB denominado então Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR – EMATER (IDR-Paraná) criado pela Lei nº 20.121 em 31 de dezembro de 2019. A IAPAR – EMATER busca com essa fusão promover o desenvolvimento rural, econômico, social, político e cultural das famílias rurais, atuando em conjunto com a população rural e suas organizações (DIÁRIO OFICIAL PARANÁ, 2019).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Iniciando as pesquisas com os extensionistas e profissionais de outras esferas municipais, notou-se diversas discussões e versões da temática assistência técnica e extensão rural, com base no roteiro pode-se perceber diferenças nas respostas apresentadas, mas com analogias semelhantes.

As entrevistas ocorreram durante o mês de outubro⁶ de forma presencial no município de Matelândia Paraná, foram entrevistados dois extensionistas da IAPAR - EMATER, um profissional do sindicato patronal e um profissional responsável pelo sindicato rural dos trabalhadores rurais⁷. O método escolhido foi roteiros qualitativos com questões abertas, possibilitando a formulação de opiniões dos entrevistados, contribuindo na construção dos resultados.

Os extensionistas Arthur e Maria são graduados por universidades do Paraná no curso de agronomia, atuam na área de extensão rural pela IAPAR – EMATER. Arthur trabalha desde a criação da IAPAR na região, há seis anos, enquanto a Maria trabalha pouco mais de três anos, notou-se nesta conversa respostas muito abertas e sensatas sobre os assuntos debatidos.

A profissional Julia trabalha como responsável pelo sindicato patronal, atua na área pouco mais de um ano, formada em Tecnologia de Alimentos pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, em Medianeira. Já o senhor João, responsável pelo sindicato rural dos trabalhadores possui ensino médio completo e atua como presidente a mais de cinco anos. Os entrevistados possuem idade entre 27 e 60 anos.

4.1 EXTENSÃO E CRÉDITO RURAL

A IAPAR – EMATER possui parceria com entidades do município que auxiliam no fortalecimento da agricultura familiar, assistência técnica, extensão rural de qualidade e crescimento das políticas públicas, sendo essa parceria com a Secretaria da Agricultura, órgãos de assistência técnica pela região, antigamente Cooperativa de

⁶ A pesquisa de campo ocorreu no mês de outubro no período de 12/10 a 27/10.

⁷ Descrevemos os entrevistados com nomes fictícios, para preservação de identidade: Arthur e Maria extensionistas IAPAR - EMATER. Julia profissional do sindicato patronal. Marcelo profissional do sindicato dos trabalhadores rurais.

Trabalho e Assistência de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná – BIOLABORE e agora com a Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná – ADEOP, sindicato rural patronal, sindicatos dos trabalhadores rurais e a Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar – COOPRAFA.

O serviço prestado em Matelândia por extensionistas, possui como principal foco a agricultura familiar, nota-se que o serviço realizado por eles é algo contínuo, com uma visão mais ampla na construção de resultados. O extensionista Arthur destaca uma perspectiva de maior apoio aos agricultores, nas diversas visitas realizadas as propriedades podem-se perceber no olhar do produtor o cansaço em trabalhar numa profissão pouco desvalorizada. Desta forma, o extensionistas enfatiza que:

“A agricultura familiar é muito importante, não só para a economia da região, mas também para a alimentação de muitas pessoas, tentamos sempre incentivar os produtores há não desistir, oferecemos cursos, parcerias junto ao município e incentivos para uma melhor produção. [...] Outro tipo de fortalecimento na região é o PNAE e PAA havendo grande demanda no envio de alimentos a colégios da região e ao 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado de Foz do Iguaçu, prezamos pelo envio de alimentos oriundos de agricultura familiar, pois é uma opção de renda extra ao produtor e acesso a alimentos de qualidade” (Extensionista Arthur. Out, 2022).

Estes aspectos são percebidos também na fala da extensionista Maria, a mesma nos conta de uma situação que aconteceu na região, em uma primeira visita feita a está família, os mesmos possuíam muitas dificuldades em se manter no meio rural, cogitando a ida para a área urbana, a extensionista comenta:

“Me lembro bem, sentei com eles em uma tarde e começamos a discutir os problemas da propriedade, me surpreendi que nossa conversa tomou outro rumo e o produtor mencionou que não conhecia muito bem os programas de apoio à agricultura familiar, sabia da existência por conta das conversas com os vizinhos, mas, que nunca procurou saber mais a respeito, pois achava que não poderia ser beneficiário por sua produção não ser em grande escala” (Extensionista Maria. Out, 2022).

Desta maneira, o crédito rural é um elemento muito importante para apoio e incentivo a agricultores familiares, sendo ofertados diversas políticas públicas que variam de acordo com público atendido. A profissional Julia do sindicato patronal é uma das responsáveis pela documentação necessária para o agricultor familiar levar até o banco/cooperativa e com isso solicitar o recurso. Percebeu-se na fala da profissional que existem dificuldades no acesso as documentações necessárias para solicitação de recursos como é o caso da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP hoje nomeada como Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF. A profissional Julia nos relata sobre o ocorrido:

“Passamos por alguns problemas na metade do ano para retirar ou renovar este documento para o produtor, devido a migração para o CAF este problema gerou pendências na emissão da declaração para o agricultor familiar e com isso muitos não conseguiram o acesso ao crédito rural, em virtude de o cadastro estar desatualizado” (Profissional do Sindicato Patronal Julia. Out, 2022).

Complementando a fala da profissional, as vezes o grande empecilho em solicitar um recurso depende de uma simples atualização no cadastro, para o produtor não faz tanta diferença alegando que as informações permanecem as mesmas, mas para bancos/cooperativas fazem total diferença. No que diz respeito ao crédito rural o extensionista Arthur assim como a Maria concluíram que o crédito com maior predominância na região de Matelândia é o Plano Safra que engloba outras políticas públicas no município. Foi pedido aos mesmos quais seriam as dificuldades em solicitar o crédito por parte dos agricultores familiares e como é feito todo o procedimento com o agricultor até o projeto chegar para o banco/cooperativa de sua escolha.

A extensionista Maria discorre acerca do tema “A principal dificuldade no acesso ao crédito com certeza é pela falta de documentação da propriedade, principalmente em nome do produtor e liberação do recurso por parte do banco/cooperativa” (Extensionista Maria. Out, 2022).

Como mencionado anteriormente no relato da extensionista Maria, pode-se mencionar também a falta de informação sobre políticas públicas a produtores mais reclusos, sem ou com pouco acesso à tecnologia e informação. Este fator ainda é muito comum, não somente na região da pesquisa de campo, mas em todo o país.

O extensionista Arthur complementa “O projeto é montado com o produtor, especificando onde será usado o recurso, quanto irá gastar e repassado para o banco/cooperativa para aprovação, assim que aprovado é repassado o dinheiro ao produtor” (Extensionista Arthur. Out, 2022).

O crédito rural é um dos recursos mais importantes para pequenos e médios produtores, por meio dele é possível investir na propriedade, contratar recursos, comercializar e distribuir a produção para larga escala. Portanto, os profissionais de ATER, em parceria com o sindicato, utilizam uma abordagem abrangente de capacitação, envolvendo visitas técnicas, acompanhamento nas propriedades, troca de conhecimentos em grupos de agricultores e disponibilização de materiais educativos. Essas estratégias contribuem para o aprimoramento contínuo dos agricultores, permitindo que eles desenvolvam suas habilidades, adotem práticas sustentáveis e alcancem melhores resultados em suas atividades no campo.

4.2 O SERVIÇO DE EXTENSÃO RURAL

O serviço de extensão rural aplicado na região de Matelândia pode ser entendido como um processo educacional, visando a obtenção de melhorias na propriedade e na vida do produtor. A extensionista Maria comenta sobre a educação e capacitação do produtor rural no acesso a formação profissional.

“Realizamos uma parceria com o sindicato patronal, buscando oferecer ao produtor uma especialização, com cursos gratuitos oferecidos Senar esses cursos visam capacitar e especializar o produtor nas atividades realizadas na propriedade” (Extensionista Maria. Out, 2022).

Complementa-se essa discussão com uma fala da profissional do sindicato patronal “com as crescentes necessidades do mercado rural, há uma demanda grande de novas habilidades e competências a serem descobertas” (Profissional do Sindicato Patronal Julia. Out, 2022). Essas “descobertas” abrem as portas para novas oportunidades no meio rural, contribuindo no cenário social, avanços do campo e promoção de renda extra para o produtor. Por outro lado, além da educação formal não se pode deixar de lado a assistência realizada pelos extensionistas. Buscou-se ouvir o método abordado de extensão rural aos produtores da região.

Alguns elementos são levados em consideração quando realizadas as visitas as unidades familiares, o planejamento das ações envolve metodologias simples, observa-se a realidade, realiza-se o diagnóstico, elabora-se o cronograma, aplica-se e avalia-se os resultados. A extensionista Maria nos relata as principais abordagens realizadas no primeiro contato com os produtores em suas unidades de produção.

“Bem, o primeiro contato em minha opinião é o mais importante, é o momento que vamos conhecer a realidade do produtor, procuramos em nossas primeiras visitas obter um diálogo leve e descontraído, buscando entender o mecanismo de trabalho e principais problemas que o seu Antônio⁸ possui, seja incidência com pragas, problemas para desenvolver as mudas, custo elevado de produção dentre outros. Feito esse diagnóstico propomos um cronograma de atividades para serem realizadas na propriedade, estabelecemos um prazo e fazemos as vistorias semanal, mensal ou trimestral sempre fazendo o registro no site da Sisater⁹ para obter um controle, no final do prazo comparamos os resultados com o primeiro diagnóstico que tivemos na propriedade” (Extensionista Maria. Out, 2022).

O extensionista Arthur ri e complementa “vejo que desta maneira é mais

⁸ Antônio, nome fictício para produtor da região.

⁹ SISATER - Sistema de Planejamento do – Paraná, este sistema serve como um acompanhamento da assistência técnica e extensão rural do Paraná, nele podemos visualizar o planejamento, público atendido e projetos planejados de todo os municípios do estado.

fácil de trabalhar, ter tudo documentado, registrado é outra vida e pensar que temos esta ferramenta a tão pouco tempo” (Extensionista Arthur. Out, 2022). Realmente conforme fala do extensionista esta ferramenta está a pouco tempo disponibilizada em plataformas digitais, informações de visitas eram realizadas em fichas de acompanhamento de ATER e então, mandadas as sedes regionais, a intenção desta plataforma é disponibilizar informações seguras para o planejamento de políticas públicas.

Por mais que o serviço de extensão rural seja de certa forma gratuita, ainda há produtores que preferem aderir a outros métodos de assistência paga, como é o caso de revendedoras de insumos agrícolas e empresas de consultoria agrônômica. O extensionista Arthur nos fala melhor sobre esse assunto quando relata o seguinte:

“Olha, creio que ainda uns 80 % dos produtores dependem de uma assistência “vendedora”, a empresa privada, disponibiliza o pacote e já proporciona o auxílio ao produtor, isso tudo em um mesmo local, então muitas vezes, acabam não seguindo a recomendação feita por nós, ou nem chegam a utilizar o serviço de extensão, os produtores da região ainda são muito dependentes de outras formas de assistência para continuar no desenvolvimento da atividade. [...] Já escutei de vários produtores que nosso método de assistência é complicado de seguir, requer muitas mudanças na propriedade e que preferem ficar no “feijão com arroz” pois é mais fácil” (Extensionista Arthur. Out, 2022).

O serviço de extensão oferecido ainda possui uma certa carência de confiança dos produtores, em utilizar os serviços de educação não formal, ainda são muito dependentes de uma assistência vendedora e reclusos ao “novo rural”¹⁰. É importante trabalhar metodologias participativas com os produtores, dentro de sua realidade local, contribuindo no instrumento de compreensão entre extensionista e produtor.

4.3 EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE

Em determinado momento da conversa tocou-se em um assunto de extrema importância que não estava no roteiro, a questão do ensino de extensão rural na universidade, muito se sabe que a extensão rural é pouco discutida no âmbito universitário, poucas são as disciplinas que tem o foco na educação formal de caráter normativo para o meio rural, cabendo ao acadêmico que deseja se especializar procurar cursos fora do ambiente universitário. Em conversa foi possível perceber a preocupação dos extensionistas no que tange a universidade possuir um ensino completo voltado à humanização no rural, a extensionista Maria nos comenta mais a respeito da ausência de

¹⁰ Modernização da vida no campo.

disciplinas com foco na extensão rural.

“Quando estava na universidade, eu senti a ausência do curso de agronomia ser mais participativo na realidade rural, fazíamos visitas de campo, mas a maioria era em fabricas de insumos, dias de campo ou empresas privadas de assistência. [...] Senti falta de uma experiência com outros públicos e visitas a empresas de assistência técnica e extensão rural, fui entender mais do assunto, quando entrei aqui e procurei me especializar” (Extensionista Maria. Out, 2022).

É importante o âmbito universitário possuir temas voltados a humanização e realidade do produtor rural, este processo é fundamental para a construção de profissionais capacitados, e futuros pesquisadores que juntos atuem no desenvolvimento rural sustentável do país. Quando perguntados se possuem algum autor que se identificam com suas obras literárias, o extensionista Arthur disse que não se recorda muito de literaturas marcantes, já Maria logo nos menciona um clássico de Paulo Freire que é uma literatura base deste trabalho, “Extensão ou Comunicação?” Quando questionada sobre o porquê desta obra literária a mesma comenta:

“Com essa sua pergunta me senti novamente com meus vinte e poucos anos na faculdade (risos) lembro que tive uma ou duas matérias que tinham uma pegada mais social que debatiam a extensão rural. [...] lembro muito bem que o professor Jorge¹¹ no primeiro dia de aula passou esse livro para nos lermos e debatermos em aula, de começo achei confuso, chato e até pensei em abandonar a matéria (risos) mas depois de ler com atenção e buscar compreender o contexto do livro eu fui entender que fazia sentido e que a extensão é sim importante na vida do produtor”

O processo de aprendizado com base em literaturas são a chave para o entendimento do assunto o qual será trabalhado com o produtor, a maneira que se iniciou, como se desenvolveu, até chegar no momento atual. Após o aperfeiçoamento literário, a pratica vem a ser o passo principal para entendimento do estudo é neste momento que a experiência é fundamental para construção de metodologias e meios pelo qual as informações serão compartilhadas com o produtor.

4.4 A EXTENSÃO E O PRODUTOR RURAL

É importante destacar que foram entrevistados dez produtores e o presidente Marcelo do sindicato rural dos trabalhadores do município de Matelândia. Foram entrevistas três mulheres: Joana, Salete e Mercedes, e sete homens: Inacio, Luiz, Gabriel, Firmino, Carlos, Milton e Gervasio¹² com idade entre 38 a 62 anos. A pesquisa de

¹¹ Nome fictício, para preservação de identidade.

¹² Descrevemos os entrevistados com nomes fictícios, para preservação de identidade.

campo ocorreu de forma presencial no mês de outubro¹³ de 2022 no município de Matelândia Paraná.

A constante evolução do meio rural trouxe inúmeros benefícios para o produtor o trabalho “bruto” se tornou mais leve, trazendo maior qualidade na produção, redução de custos e desperdícios, implementação de métodos sustentáveis deixando de lado os defensivos nocivos a saúde e garantia de crédito para custeio de investimento. O senhor Inacio afirma:

“Ser produtor rural hoje em dia é mais fácil do que a 30, 40 anos atrás, temos acesso a diversos benefícios para nossa propriedade, lembro quando meu pai cuidava das terras e vivia cansado sem esperança, pensando todo os dias em vender a propriedade e ir para a cidade, hoje em dia ele se orgulharia de ver o quanto a agricultura evoluiu e que conseguimos obter o sustento digno da propriedade que um dia foi dele” (Produtor Inacio. Out, 2022).

Enquanto o senhor Inacio festeja a alegria em poder trabalhar na terra que um dia foi de seu pai e usufruir da tecnologia, muitas famílias ainda não possuem o acesso a esse serviço e ainda dependem de uma agricultura mais “pesada” como é o caso do Gabriel que nos relata um pouco da sua história.

“Nasci e cresci pela região, meu pai assim como eu foi agricultor familiar, hoje em dia graças a Deus está aposentado e espero um dia conseguir. Aqui o trabalho é bem pesado faz falta ter um trator para ajudar na produção, tentei negociar nos bancos/cooperativas da região para fazer um financiamento, mas não foi aprovado porque faltou documentação. [...] a gente é bem perdido nesse negócio de tecnologia tenho um celular com *WhatsApp* para conversar com a família, mas sou leigo nisso, minha filha é mais esperta e sabe um pouco mais, até tem um computador” (Produtor Gabriel. Out, 2022).

Neste relato pode-se observar o quão importante é inserir um serviço de extensão rural de qualidade, não somente pelo acesso à tecnologia, mas sim a obtenção de conhecimento, inclusão social, melhoria da qualidade de vida da família e contribuição para o acesso a políticas públicas. O crédito rural vem a ser um fator importante para toda essa caminhada de continuidade do produtor rural no campo, sem ele meios de compra para a produção seriam impossíveis de se conseguir, visto que o custo para produzir cada vez aumenta.

Diante da disponibilização do crédito, produtores relatam que a principal dificuldade é a liberação do recurso por parte de banco e/ou cooperativa da região gerando pendência em contratação de seguros e investimento na propriedade. A regularização da terra também é um fator crucial no momento de contratação, impedindo

¹³ A pesquisa de campo ocorreu no mês de outubro no período de 12/10 a 27/10.

do terreno ser dado como garantia. Conforme relato do produtor Gervasio:

“Tem dinheiro, mas o recurso não está liberado para distribuição dos agricultores, a gente cada vez mais fica desanimado, porque já é difícil trabalhar nesta área pela desvalorização do produtor rural, perde o tempo de serviço em ir até o banco/cooperativa e não haver outra resposta, a não ser que o recurso não liberou... [...] gostaria de estar investindo em mão de obra na propriedade, porque o serviço é um pouco pesado, como o lucro já não é grande e não há liberação de recurso, preciso deixar de contratar para poupar esse dinheiro que iria ser pago pela mão de obra”. (Produtor Gervasio. Out, 2022)

Essa dificuldade no acesso a bens e serviços acaba preocupando lideranças sindicais, como é o caso do sindicato rural dos trabalhadores que atua na defesa dos agricultores familiares/trabalhadores rurais, em conversa com o presidente, foi possível notar a preocupação no acesso aos direitos da agricultura familiar, a perspectiva dentro do sindicato é oferecer melhores condições para o produtor. O presidente Marcelo relata a seguinte fala:

“Estou na presidência já faz alguns anos, só Deus sabe o quanto batalhamos para conseguir os benefícios que temos hoje e não falo somente de bens materiais e sim de melhorias na qualidade de vida, a gente trabalha para que o produtor tenha acesso a saúde, educação para os filhos, aposentadoria, valorização da mulher, jovens e tantos outros benefícios. (Presidente do sindicato rural Marcelo. Out, 2022)

É curioso pensarmos a quantidade de melhorias que profissionais de esferas municipais como o sindicato, proporcionam para produtores rurais em específico da agricultura familiar. São grandes as conquistas relatadas pelo presidente, principalmente para associados que são filiados e fazem a contribuição sindical. O presidente relata o baixo nível de associados do sindicato: “com todo o trabalho desenvolvido dentro do sindicato, ainda temos uma base de 150 produtores filiados conosco, é um número bem pequeno em comparação a quantidade de agricultores familiares que possuem na região” (Presidente do sindicato rural Marcelo. Out, 2022).

Foi questionado ao presidente qual seria o motivo deste número ser tão baixo comparado a todos os benefícios que traz para a agricultura familiar. O presidente diz o seguinte: “São vários os motivos que leva os produtores não serem associados do sindicato, as mais comuns é o valor da mensalidade e achar que futuramente não vá haver retorno a eles” (Presidente Marcelo. Out, 2022).

Essas questões são muito importantes para discussão, pois nota-se que ainda há receio por parte de produtores a contribuir com órgãos que são de inteiro apoio a este público, sendo importante mostrar ao agricultor o porquê, o objetivo desta contribuição e qual o benefício futuramente a ele.

Nota-se que a extensão rural é vista como um avanço da agricultura, visto que oferece inúmeros benefícios não somente a propriedade e produção rural, mas também agregação de ensino e parceria no campo. O diferencial que mencionam é o atendimento, valorização e a preocupação com os diversos fatores que interligam a produção com alimentação saudável, meio ambiente, aumento da economia e renda extra, tudo isso de uma maneira não formal. Buscou-se ouvir a produtora Joana, uma guerreira, a mesma nos conta um pouco da sua experiência com extensão e na prática o que é ser agricultura familiar em uma área dominada sempre por homens:

“Me lembro bem, no ano de 2000 compramos uma chacinha bem miudinha, nela criamos nossos quatro filhos, plantamos, colhemos nosso sustento e construímos nossa vida nessa terrinha. Por ser mulher e agricultora familiar, algumas coisas se tornam mais difíceis, já ouvi de “amigos” que trabalhar na roça não é coisa de mulher ou que não sabemos administrar uma propriedade e que deveria deixar para quem sabe. Nessas vindas conheci a Maria e o trabalho dela como extensionista, estava com problemas em conseguir obter renda da minha produção, juntas estudamos os pontos positivos da propriedade e o que poderíamos inserir para aproveitar o espaço e gerar renda. Hoje tenho uma estufa de tomates¹⁴ onde consigo uma renda extra com venda para mercado e particular, além da renda que retiro com as vaquinhas, galinhadas poedeiras e plantio do meu marido” (Produtora Joana. Out, 2022).

Conforme produtores, a extensão rural é o retrato do que queremos construir em nossas propriedades é a valorização da família, das futuras gerações e acima de tudo do produtor e sua vontade de crescer numa atividade que ainda é pouco reconhecida, mas que faz falta para todos nós. Buscou-se saber por parte dos entrevistados qual seria o sentimento deste serviço realizado em prol deles, é deixado aqui uma fala do produtor Carlos sobre a extensão:

Meu sentimento é muito bom com esses profissionais, gosto de quem entende da onde a gente veio que procura trazer melhorias, mas que ao mesmo tempo cultiva raízes de nosso país e avós, sou muito feliz em ser atendido pelos profissionais até mesmo pelo Marcelo do sindicato que vira e mexe está na frente das causas que envolvem a agricultura familiar (Produtor Carlos. Out, 2022).

Das dificuldades no atendimento e comunicação com os extensionistas não houve pontos negativos, único ponto que os produtores mencionam é elevar o número de profissionais dessa esfera para que haja mais atendimentos nas propriedades. Há também a menção para inserção de reuniões juntamente com extensionistas, para discussão de pautas relacionadas a agricultura familiar, em um modelo coletivo de estudo na região, como é o caso do sindicato patronal que realiza reuniões com produtores para

¹⁴ Resultado do subsídio adquirido de uma cooperativa da região.

discutir melhorias.

A pesquisa de campo, extensão rural na visão de produtores conseguiu reunir diversos pontos de análise a serem discutidos, em suma, o resultado foi satisfatório, conquistando bons resultados, que encaixam perfeitamente com o objetivo desta pesquisa. Quando se optou em realizar o estudo por meio de entrevistas com produtores, buscou-se a humanização nas respostas, uma vez que é necessário sentir qual a real necessidade deste público no acesso a extensão rural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado permitiu observar que o setor rural recebe grande apoio e suporte de entidades de grande importância, como o IAPAR-EMATER, juntamente com outras organizações da esfera municipal, como o sindicato patronal e o sindicato dos trabalhadores rurais. O objetivo deste estudo foi analisar as diversas percepções sobre assistência técnica e extensão rural de produtores e extensionistas. O diálogo com os produtores foi enriquecedor, pois possuem vasta experiência, e suas respostas enfatizaram a valorização da agricultura familiar, responsável pela distribuição de alimentos em todo o país.

O trabalho reafirmou a importância e necessidade de os agricultores familiares possuírem um órgão de âmbito municipal que os represente, uma vez que empresas terceirizadas prezam pelo auxílio a grandes produtores de produção convencional. O serviço de ATER no município busca a valorização na assistência realizada e respeitam acima de tudo, os objetivos dos produtores. O serviço prestado condiz com o real significado da extensão rural, pois leva melhores condições para as populações do campo. Quando se menciona “melhores condições”, busca-se também agregar mais conhecimento a produtores por meio de cursos, palestras, rodas de conversa e dias de campo, preparando este público para a conquista de novos espaços no mercado.

Desta forma observamos que o trabalho realizado pelos extensionistas do município busca promover o desenvolvimento rural sustentável, levando em consideração as particularidades e a realidade dos produtores locais. Entre as ações metodológicas utilizadas pela extensão rural no município, destacam-se a realização de visitas técnicas às propriedades, a disponibilização de informações sobre novas tecnologias, práticas sustentáveis, entre outras orientações que visam melhorar a qualidade de vida do produtor rural.

Observamos que falta de interesse dos jovens em permanecer no campo é uma realidade preocupante e que afeta a continuidade das unidades produtivas. Isso ocorre devido à falta de oportunidades, à infraestrutura precária e à pouca valorização do trabalho no campo. Por isso, é importante que os extensionistas desenvolvam ações que incentivem a juventude a permanecer no campo, mostrando as possibilidades e oportunidades que o meio rural oferece.

Outro desafio enfrentado pelos extensionistas é a falta de recursos e

financiamento para a realização de projetos de extensão rural. Muitas vezes buscando parcerias com empresas e organizações para garantir a continuidade das atividades de extensão. É necessário que o governo e outras entidades se engajem na promoção de políticas públicas que visem o fortalecimento da extensão rural e o incentivo à produção de alimentos saudáveis.

No contexto da extensão rural, os sindicatos, especialmente o sindicato dos trabalhadores rurais, desempenha um papel importante na promoção do desenvolvimento rural sustentável, atuando como agente facilitador entre produtores e extensionistas. Além disso, o sindicato patronal pode fornecer capacitação técnica, treinamento e assistência aos seus membros, visando melhorar a competitividade no mercado. A colaboração entre os sindicatos e escritórios de extensão pode ser benéfico para o desenvolvimento econômico e social das áreas rurais, impulsionando o crescimento sustentável e a redução das desigualdades regionais.

A interação com os extensionistas nos permitiu observar que é importante a crítica à extensão rural tradicional no universo acadêmico. O assunto ainda é pouco debatido nas disciplinas, visto que a maioria dos cursos abordam temas mais voltados à ciência da natureza do que à ciência da sociedade. É importante destacar, a partir das declarações dos entrevistados, o desejo de que haja uma maior inclusão de disciplinas relacionadas à extensão e ao desenvolvimento rural nas grades curriculares das universidades, especialmente nos cursos de agronomia. Essa demanda busca promover um desenvolvimento participativo e alinhado com a realidade dos produtores, facilitando a troca de conhecimentos entre a universidade e o ambiente rural.

Além disso, a extensão dentro da universidade pode proporcionar aos estudantes oportunidades de aprendizado prático e contato com a realidade rural, enriquecendo sua formação acadêmica, ajudando no fortalecimento e relação com a sociedade, contribuindo para a construção de uma agricultura mais sustentável e inclusiva.

Quanto ao acesso ao crédito rural nota-se que muitos agricultores familiares enfrentam dificuldades para obter o crédito, principalmente aqueles que não possuem garantias reais para oferecer. A principal dificuldade é a liberação de recursos por banco/cooperativas e instituições financeiras, cujas exigências dificultam o processo de obtenção de crédito. Infelizmente, esta realidade tem um impacto negativo na capacidade de produtores investirem em suas atividades, impedindo-os de contratar seguros, adquirir equipamentos e melhorar a qualidade da produção.

Para contornar esse problema, é fundamental que sejam desenvolvidos programas, projetos de governo que facilitem o acesso ao crédito rural para a agricultura familiar, tornando o processo mais simples e acessível aos pequenos produtores. A dificuldade no acesso ao crédito é um fator preocupante, o produtor depende de um apoio do governo para a compra de recursos, e o baixo investimento neste setor pode acarretar a venda da propriedade e a vinda expulsão do produtor para a cidade. A falta de informações sobre linhas de crédito disponíveis e condições também pode afetar a capacidade dos produtores de acessar o crédito rural.

Outro tema considerado se refere a presença da mulher no campo, que tem se tornado cada vez mais relevante e reconhecida dentro do ambiente rural. Apesar disso, mulheres ainda enfrentam desafios como desigualdade de gênero, acesso ao crédito, à tecnologia e a falta de representatividade em órgãos governamentais. No entanto, muitas têm conquistado espaço e reconhecimento por seu trabalho, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do campo. A partir do trabalho, fica evidente que as mulheres têm marcando presença em diversas áreas de atuação no campo. Nesse contexto, torna-se fundamental valorizar e incentivar a participação feminina nesse setor, garantindo oportunidades e reforçando a diversidade e sustentabilidade da agricultura familiar.

Por fim, o presente trabalho apresentou alguns pontos críticos para discussão que são extremamente relevantes para o desenvolvimento dos profissionais de ATER que contribuem para a promoção do desenvolvimento rural e da segurança alimentar. A análise dos questionários abertos, com respostas mais espontâneas, contribuiu para uma visão clara, que contribuiu para a construção de outros questionamentos importantes, chegando assim a atender o objetivo e a conclusão deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASBRAER. **Emater - PR comemora 60 anos.** s.d. Disponível em: <http://www.asbraer.org.br/index.php/rede-de-noticias/item/685-emater-pr-comemora-60-anos#:~:text=Eles%20est%C3%A3o%20lotados%20nas%20unidades,agricultura%20do%20estado%20seja%20robusta>. Acesso em: 24 fev. 2022.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia.** v. 15, n.º.1. p. 137-157. Brasília. jan. – abril, 1998.

ABRAMOVAY, R. **Estratégias alternativas para a extensão rural e suas consequências para os processos de avaliação.** XLV - Congresso da SOBER. Londrina, 2007.

ABRAMOVAY, R. *et al.*, (coord.). Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. 1ª **Edição Unesco.** p. 101. Brasília, 1998.

ABRAMOVAY, R. Seminário nacional de assistência técnica e extensão rural: uma nova extensão rural para a agricultura familiar. **Anais - PNUD.** p. 203-218. Brasília.1997.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar.** 3º Módulo do Curso Regional de Formação Político - Sindical da Região Nordeste. p 1 – 23. Brasília, 2007.

BALEM, T. **Extensão e desenvolvimento rural.** Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico: Rede e-Tec Brasil. Santa Maria, 2015.

BARCELLOS, S. B. **O Pronaf jovem em debate no Brasil: política, solução ou “entraje”?** XXI Congreso Alas Uruguay 2017. Las Encrucijadas Abiertas de América Latina la Sociologia en Tiempos de Cambio. Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande. Montevideo. dec, 2017.

BRANDERBURG, A.; HENDERIKX, E. **Referencial para atuação com categorias de produtores na extensão rural do Paraná.** ACARPA/EMATER. Curitiba, 1981.

BRUNS, C. **A extensão rural e o desenvolvimento. Emater-pr. Série Estudos n° 9.** Curitiba, 1986.

CASTRO, C. N.; PEREIRA, C. N. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de ater.** Texto Para Discussão 2343. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. p. 01 – 41. Brasília. out, 2017.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis.** p. 30. Brasília, 2009.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento rural sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia.** Brasília. set, 2006.

CAVAGNOLI, S. M. R. **A mudança organizacional e as estratégias utilizadas para implementação do modelo de gestão por processo: o caso Emater – PR.** 2002. 117 f. Tese (Especialização) - Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. jan. 2002.

DEPONTI, C. M. **Intervenção para o desenvolvimento rural: O caso da extensão rural Pública do Rio Grande do Sul.** Série PGDR. 2010. 274 f. Tese n° 37 (Especialização) – Pós – Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

DIARIO OFICIAL DO PARANÁ. PODER EXECUTIVO ESTADUAL. **Lei 20.121.** Edição n° 10595. dez. 2019. Disponível em: https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-03/8. lei_20121.2019 - reforma_administrativa_iapar-emater.pdf. Acesso em: 24 fev. 2022.

DIAS, M. M. Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limite e potencialidades. **Perspectivas em Políticas Públicas.** v. 1. n° 1. p. 104 – 114. Belo Horizonte. jan. 2008.

DINIZ, R. F.; HESPANHOL, A. N. **Da ABCAR à ANATER: Trajetória e desafios da extensão rural para o desenvolvimento rural sustentável no Brasil.** “Diálogo de Saberes ou Monólogo do Conhecimento? A Assistência Técnica e Extensão Rural e as Políticas de Desenvolvimento dos Territórios Rurais no Vale do Jequitinhonha Mineiro”, Apoiado Financeiramente pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. 2013.

FARIA, A. A. R.; DUENHAS, R. A. A política Nacional de Assistência técnica e extensão rural (Pnater): um novo modelo de desenvolvimento rural ainda distante da agricultura Familiar. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar.** v 5. n° 1. 2019.

FETRAF – SUL. **Federação dos trabalhadores na agricultura familiar da região sul. Quem somos.** Disponível em: <http://www.fetrafsul.org.br/index.php/fetrafsul/quem-somos#:~:text=Quem%20somos%3A,em%20toda%20a%20Regi%C3%A3o%20Sul.>

Acesso em: 04 mar 2022.

FIGUEIREDO, N. **Da importância dos artigos de revisão da literatura.** R bras Bibliotecon. e doc. p. 131 – 135. São Paulo. jan – dez, 1990.

FIGUEIREDO, R. P. **Extensão rural, extensão do capitalismo:** análise do sistema ABCAR/EMBRATER (1948-1979). Projeto de tese/mimeo. Campinas, 1980.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação.** Tradução Rosiska D. Oliveira. 1. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GASQUES, J. G.; VERDE, C. M. V.; OLIVEIRA, J. A. F. G. **Crédito rural e estruturas de financiamento.** Texto para Discussão n° 1036. Brasília. ago., 2004.

GERALDO, L. G. *et al.*, Avaliação do programa de administração rural EMATER – MG: atitudes de extensionistas e a eficiência gerencial de produtores rurais. **R Econ. Social. Rural**, v. 32. n° 4. p. 331 – 343, out/dez 1994.

GOMES, M. C. **Assistência técnica e extensão rural (ATER) em comunidades rurais**

do sul do Amazonas. 2013. 65 f. TCC (Graduação) – Curso de Agronomia, Universidade Federal do Amazonas, Humaitá, 2013.

GOVERNO FEDERAL. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF).** 14 out. 2004 (atualizado 30 nov. 2019). Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/sobre/grupo/int_gt_cons_nac_desenv_rural. Acesso em: 06 fev. 2022.

IBGE. CIDADES. **Censo Brasileiro de 2010.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/matelandia/panorama> Acesso em: 29 set 2022.

LAINO, M. H. **Formas de atuação do Instituto Emater na década de 80.** 2012. 96 f. Tese (Especialização) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

LAFORGA, G.; VIEIRA, A. O. **Ação extensionista da Empaer frente à nova PNATER:** Uma análise a partir do assentamento Guapirama, Campo Novo do Parecis – MT. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco. jul., 2008.

LEÃO, D. S. **O Programa de educação ambiental e agricultura familiar (PEAAF) no assentamento Laranjeiras I, em região de Nascentes do Pantanal – Cáceres – MT.** 2014. 91 f. Tese (Especialização) – Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais, Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres, 2014,

MACHADO, B. M. **Aquisição de alimentos da agricultura familiar no âmbito PNAE nos municípios do litoral do Paraná.** 2020. 157 f. Tese (Especialização) - Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Universidade Federal do Paraná. Matinho, 2020.

MARINHO, D. N. *et al.*, Projeto Lumiar: uma avaliação qualitativa. **Revista Extensão Rural.** Ano VI. p. 97 – 114. jan. – dez, 1999.

MARTINS, H. H. T. S. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e Pesquisa. v.30, n.2, p. 289-300. São Paulo. maio - ago. 2004.

Lei Ordinária 4378 2019 de Matelândia PR. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/m/matelandia/lei-ordinaria/2019/438/4378/lei-ordinaria-n-4378-2019-dispoe-sobre-a-politica-de-desenvolvimento-rural-do-municipio-de-matelandia-e-da-outras-providencias?r=p>>. Acesso em: 3 out. 2022.

MATTIA, V. **Extensão e desenvolvimento rural sustentável na Bacia do Paraná 3**. 2017. 103 f. Tese (Especialização) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, nov. 2017.

MATTOS, W. G. Projetos Comunitários: Uma avaliação das experiências do PAPP e do programa São Vicente. **Cad. Est. Soc.** v. 10. n° 1. p. 97-122. Recife. jan. – jun., 1994.

MILAGRES, C. S. F. *et al.*, A Pnater como mecanismo de justiça social para a agricultura familiar. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília. v. 35. n° 3, p. 453-470. Palmas. set – dez, 2018

MILHOMEM, J. P. L. *et al.*, **A importância da assistência técnica na agricultura familiar: enfoque no assentamento Maringá, Araguatins – TO**. Araguatins, s.d.

MOREIRA, K. F. **Reflexões sobre os serviços de extensão rural brasileiro**. 2017. 30 f. TCC (Graduação) - Curso de Agronomia, Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2017.

MOTA, N. L. C. *et al.*, **Da extensão rural difusionista aos sistemas agroflorestais: uma breve discussão** - Trabalho apresentado ao NP Comunicação Científica e Ambiental do, VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. S.d. 11 f. Tese (Especialização) - Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, s.d.

NETO, E. Q.; DE OLIVEIRA, G. B. **Fronteiras e Limites na Produção de Novos Campos Profissionais para o Espaço Rural: o curso de bacharelado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar da Universidade Federal da Integração**

Latino Americana (UNILA) em Foz do Iguaçu, Paraná – Brasil. Revista Atlante: Cuadernos de Educación y Desarrollo. Jul 2019.

OLIVEIRA, M. N. S. **A Formação de técnicos e extensionistas rurais no contexto do desenvolvimento rural sustentável e da política nacional de assistência técnica e extensão rural**. 2012. 254 f. Tese (Especialização) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília. out, 2012.

OLIVEIRA, A. O. S. A.; NETO, C. C. N. Geomorfologia e meio Ambiente: O Estudo da Apropriação do Relevo para o Desenvolvimento Ambiental do Meio Rural e o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas em São Paulo. **Revista Formação**. v. 2. nº 15. p 89-99. s.d.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil: Uma Abordagem Histórica da Legislação**. Brasília, out. 2008.

PEIXOTO, M. **Capítulo 28: Mudanças e desafios da extensão rural no Brasil e no mundo**. O Mundo Rural no Brasil do Século 21: A Formação de um Novo Padrão Agrário e Agrícola. p. 831 – 862. 2009.

PICOLOTTO, E. V. Reconhecimento da agricultura familiar e as disputas pela classe média rural. **Revista Espaço Acadêmico** N°28.jan. 2012

PINTOR, E.; SILVA, G. M.; PIACENTI, C. A. **Crédito rural e crescimento econômico no Brasil**. Ano XXIV. nº 1. jan. – fev. – mar, 2015.

PLANO DE TRABALHO DO PROJETO DE RECUPERAÇÃO DA TRAFEGABILIDADE DE ESTRADAS RURAIS. **Município de Matelândia**. 2014. Disponível em: https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/nuconv/2014/M/MATELANDIA_CV_19_2014_DIESEL_PT.pdf. Acesso em: 02 out 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATELÂNDIA. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Plano Municipal de Educação de Matelândia**. Marc, 2015. Disponível em: <https://transparencia.matelandia.pr.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/plano->

[educa%C3%A7%C3%A3o.pdf](#). Acesso em: 02 out 2022.

RODRIGUES, J. A.; *et al.*, **Estrutura de capital e peculiaridades regionais nas cooperativas agropecuárias do Paraná – Brasil**. Impressa em julho de 2018. v. 56. nº 02. p. 213-224. Piracicaba. abr. - jun. 2018.

SANTANA, J, S. *et al.*, **Desafios dos serviços de assistência técnica e extensão rural visando o desenvolvimento sustentável de comunidades rurais do município de Cruz das Almas – BA**. Campo Jurídico. v. 1, nº 2. p. 15-34. Cruz das Almas. out, 2013

SCHIMITZ, L, A. **Proteção de fontes de água em unidades de produção e vidas familiares (UPVFS) no sudoeste do Paraná: uma análise das ações desenvolvidas pela ACESI/STR, GETERR/ UNIOESTE E EMATER – PR**. Orientador: Luciano Zanetti Pessôa Candiottto. 2017. 258 f. Tese (Especialização) - Pós-Graduação em Geografia na área de Dinâmica, Utilização e Preservação do Meio Ambiente – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, mar, 2017.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. **PEAAF – programa de educação ambiental e agricultura familiar**. 2017. Disponível em: <https://www.sema.ce.gov.br/2017/04/25/peaaf-programa-de-educacao-ambiental-e-agricultura-familiar/>. Acesso em: 25 mar 2022.

SENAR, **Serviço nacional de aprendizagem rural**. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/senar/missao-senar>. Acesso em: 03 Mar 2022.

SEPULCRI, O.; PAULA, N. M. **O Estado e seus impactos na Emater – PR**. Revista Paranaense de Desenvolvimento. nº 114. p 87-110. Curitiba. jan. – jun., 2008.

SEPULCRI, O. **Estratégias e trajetórias institucionais da empresa de assistência técnica e extensão rural do Paraná (EMATER – PR)**. 2005. 145 f. Tese (Especialização) - Pós-Graduação Profissionalizante em Desenvolvimento Econômico, Centro de Pesquisas Econômicas - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

SILIPRANDI, E. Desafios para a extensão rural: o "social" na transição agroecológica. **Agroecol e Desenv. Rur. Sustent.** v. 3, nº 3. p. 38 – 48. Porto Alegre. jul. – set, 2002.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na Agricultura familiar.** 2009. 292 f. Tese (Especialização) - Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável - Universidade de Brasília, Brasília, abr., 2009.

SILVA, S. P. **Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial: uma análise dos impactos socioeconômicos do PRONAF no Território Médio Jequitinhonha-MG.** Texto para Discussão, Brasília, jan. 2012.

SISTEMAOCB. **Serviço nacional de aprendizagem do cooperativismo – SESCOOP.** Disponível em: <https://www.ocb.org.br/sescoop>. Acesso em: 04 mar 2022.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P, A. **Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais.** Capítulo 32. p 989 – 1011. 2008.

TAVARES, J. R.; RAMOS, L. **Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico.** I 18 a Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas - IDAM. p. 128. Manaus, 2006.

THOMSON, C. R.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; BORSATTO, R. S. **A extinção do ministério do desenvolvimento agrário e as consequências para a extensão rural brasileira.** s.d. 15 f. Tese (Especialização) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, s.d.

WOLFART, C. **As agências de extensão rural e a difusão tecnológica em Marechal Cândido Rondon (1960-1970).** XXVIII Simpósio Nacional de História, Lugar dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios. Florianópolis. 27 – 31 jul., s.d.

APÊNDICE A – ROTEIRO COM PRODUTORES

Nome completo (idem para conjugue)

Idade

Sexo

Nível de escolaridade

- 1- **Quais atividades são realizadas na propriedade? A quanto tempo atua no seguimento da agricultura, foi passada de pai para filho?**
- 2- **O trabalho realizado na propriedade é inteiramente realizado pela sua família, há a agregação de terceiros exercendo trabalhos na propriedade?**
- 3- **Participa da feira de produtores na cidade para divulgação e venda dos seus produtos ou participa de alguma parceria com o governo para distribuição do alimento que você colhe (Ex: Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE)?**
- 4- **Com o decorrer do tempo, quais as principais mudanças vistas na sua área de atuação (quesito tecnologias, técnicas de manejo) essas mudanças trouxeram de melhoria na sua produtividade?**
- 5- **Na questão de agrotóxicos, defensivos agrícolas qual sua visão do uso antigamente e hoje em dia? Há grande demanda de utilização (usa o recomendado pela Organização Mundial da Saúde OMS) – acha importante utiliza-lo?**
- 6- **Com a crescente preocupação ecológica, preservação ambiental, como você vê isso, na questão do uso de defensivos agrícolas?**
- 7- **Na busca de credito rural para sua propriedade (para compra de produtos, maquinários, custeio da produção, dentre outros) tem tido bons resultados na contratação do credito, encontra taxas que se encaixam conforme o solicitado? Ou possui problemas para encontrar um credito rural que se adeque a sua situação, Cooperativas, instituições financeiras procuram esclarecer a você qual o crédito que está contratando, o porquê das taxas?**

- 8- Você como produtor rural teve conhecimento a partir da mídia, notícias, redes sociais sobre a fusão da Emater junto a outras instituições (IAPAR, CPRA, CODAPAR e Instituto Emater)? Acredita que esta fusão irá proporcionar a vocês produtores uma melhora no atendimento há sua propriedade?**
- 9- Em relação a assistência técnica e extensão rural, tem conhecimento do programa? Se sim possui algum apoio advindo destes atores? Quais instituições dão este apoio. (Ex. EMATER, ANATER, PNATER). Quais seriam os serviços são prestados a você?**
- 10- No decorrer dos períodos que necessita de assistência técnica, quais foram as maiores dificuldades de atendimento e comunicação com o extensionista?**
- 11- Ao longo da sua jornada como produtor rural procura participar de cursos, troca de experiências com outros produtores, agrônomos ou dias de campo oferecidos por instituições? Com que frequência você participa, consegue obter um proveito desta troca de ideias e pôr em pratica na sua rotina na propriedade?**
- 12- Qual a perspectiva de as próximas gerações continuarem exercendo atividades produtivas na propriedade?**

APÊNDICE B – ROTEIRO COM PROFISSIONAIS

Nome completo

Idade

Sexo

Instituição, empresa ou organização na qual trabalha?

- 1- Com a mudança da Emater passando a ter uma nova identidade visual IDR-Paraná e a fusão das instituições, junto a reestruturação do Sistema Estadual de Agricultura, com intuito de melhorar a qualidade agricultura e redução da desigualdade no meio rural, você como extensionista observa novas oportunidades de crescimento de extensão rural na região, melhora da produção e valorização dos produtores locais.**
- 2- Desde a sua formação até o presente momento, atuou em quais instituições, organizações na função de extensionista, até estar inserido como profissional da EMATER (nova IAPAR). A quanto tempo desempenha esta função, se graduou em qual curso, faculdade, cidade?**
- 3- Referente ao público atendido na região de Matelândia, possui dados, arquivos, tabelas da quantidade de produtores que são atendidos pelos extensionistas, há algum controle feito por vocês?**
- 4- Desde sua entrada na Emater até o presente momento, notou diferenças, desavenças e dificuldades nos moldes da agricultura no acesso a políticas públicas, crédito rural, auxílio a produtores, falta de incentivo de entidades governamentais... Se sim como lida com esses empecilhos em sua rotina como extensionista?**
- 5- O trabalho realizado pela IAPAR possui algum vínculo com outras entidades do município (secretaria de agricultura, associações) que em apoio realizam benefícios para a população e produtores locais? (Feira de produtores, compra de produtos advindos de produtores para colégios)**
- 6- Quais as iniciativas mais importantes você considera na Emater do município, tem ênfase na agricultura familiar, trabalham com outros**

produtores que não se enquadram na agricultura familiar?

- 7- A Emater tem o intuito de disponibilizar assistência técnica e extensão rural gratuita para produtores da região, auxiliando no desenvolvimento rural e troca de conhecimentos, advindos de pesquisa e tecnologia. A partir da disponibilização destes recursos ao produtor, nota-se ainda uma demanda maior na procura de instituições privada (indústrias de insumo agrícola, cooperativas, agropecuárias) para o auxílio da assistência técnica?**
- 8- Como é desenvolvido o trabalho com agricultores na região, há a inserção de ideias para uma eficiência mais produtiva, conservadora, educacional de conscientização.**
- 9- Como é realizado o trabalho de extensão rural na propriedade, de forma conjunta homens, mulheres e jovens de maneira separada de acordo com gênero, idade... Há a iniciativa de programas específicos pra estes públicos (Mulheres e Jovens)?**
- 10-Com a crescente demanda no oferecimento de políticas públicas pelo governo para o fortalecimento da agricultura, qual a política que ganha maior destaque na região?**
- 11-Você como extensionista tem o intuito de auxiliar o produtor, procurando levar conhecimento e informação, nesta troca de saberes procura conscientizar sobre técnicas de preservação ambiental, uso correto de defensivos, material necessário para aplicação, segurança, problemas no uso excessivo desses produtos?**
- 12-Nesta discussão de extensão rural o que mais lhe desperta sobre o assunto baseado em livros que leu, notícias, palestras das quais participou, seminários, qual foi sua base para chegar na visão que possui hoje sobre o tema. O que recomenda para a formação dos futuros profissionais para que entendam sobre este assunto.**
- 13-Qual a sua análise quando falamos na temática de assistência técnica e extensão rural a partir do seu trabalho no município, como você descreve cada um destes dois itens?**